

Fevereiro 2005

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 O mercado da estalagem reabre as portas	1
1.2 Contínua o martírio dos vendedores ambulantes	2
1.3 Empresários em Benguela clamam por crédito.....	2
1.4 Angola recebe empréstimo de 6 milhões de dólares da china	2
1.5 Custo de vida continua a sufocar Angolanos	3
1.6 Acordo com o FMI novamente encalhado.....	3
1.7 Economistas cépticos com os aumentos do combustível	4
1.8 Governo aprova acordo com Banco Mundial.....	5
2 GOVERNAÇÃO	6
2.1 Governo trabalha para um processo eleitoral transparente.....	6
2.2 ONG defende sistema eleitoral adaptado à situação do país	6
2.3 Governo quer iniciar recenseamento dos eleitores no cacimbo.....	7
2.4 Por uma lei eleitoral que perdue no tempo	7
2.5 Rede mulher debate género e eleições	8
2.6 Rede Eleitoral defende CNE independente	8
3 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA	10
3.1 Mais lugares na Universidade.....	10
3.2 Colégios lucram desmedidamente	10
3.3 Ensino geral em Luanda admite 1.992 professores	11
3.4 Colégios fora da lei	12
3.5 Estudantes universitários do Huambo impossibilitados de ter aulas.....	13
4 SERVIÇOS BASICOS	14
4.1 Água quer aumentar nível de consumo	14
4.2 Águas ameaçam engolir casas no Rangel.....	14
4.3 Lixo Chegou até às águas da Samba.....	15
5 TERRA , HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO	16
5.1 SOS Habitat trava general anónimo.....	16
5.2 Um projecto para Urbanizar o Bairro e dar Qualidade de vida ao Cidadão.....	16
5.3 A Revolução dos subúrbios.....	18
5.4 Ex-Moradores da Boavista vendem casas no Zangu	19
5.5 Demolições deixam 32 famílias ao relento.....	20
5.6 Os (velhos) problemas do Cazenga.....	21
5.7 Sambizanga clama por socorro	22
6 PAZ E CIDADANIA	24
6.1 Uma gigantesca marcha em Cabinda	24
6.2 Ainda existem necessidades humanitárias residuais?	25
6.3 reintegração de ex- militares.....	26
8 ENFEMEREDES	27
8.1 Assalto da libertação	27

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 O mercado da estalagem reabre as portas

Folha 8...05/ 02/ 05

Encerramento compulsivo dos mercados que ocorreu o ano passado na capital sob a égide da Comissão Administrativa de Luanda, parece não ter sido a melhor forma para organizar os espaços para a prática do comércio informal. Primeiro, porque foram encerrando os que minimamente funcionavam quase organizados, prometeram criar espaços novos para servir de alternativa dos populares e não se cumpriu este pressuposto.

A incongruência na aplicação de projectos de âmbito social e programas credíveis, estão na base do ressurgimento do mercado da Estalagem. Este, revestido com nova roupagem, funciona ao longo da linha férrea. O referido mercado já consumiu sangue humano, daqueles que reivindicavam o espaço para todos os vendedores. As alegações segundo as quais as populações no mercado da Estalagem estavam expostas aos riscos de atropelamentos, não passaram de mera justificativa para proteger projectos e interesses pessoais. Estão a fazer do local obras do “arco da velha”, enquanto milhares de autóctones aguardam pelos novos pronunciamentos do Presidente da República. O perigo não diminuiu, nem poderá diminuir se não houver políticas abrangentes que possam garantir a segurança das populações. Nestes dias verifica-se o crescimento exponencial das pessoas exercendo actividades de vendas informais, fora do espaço reservado até então pelas autoridades municipais.

Há um ano, mais precisamente, no dia 20 de Janeiro de 2004, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, lançava em Despacho nº 1/04, a Comissão Administrativa para gerir a província de Luanda, atirando para um astucioso esquecimento, Simão Mateus Paulo, pesando sobre ele, o “crime” de ter pouca garra para eliminar o lixo e o fraco desempenho para a melhoria da controvérsia do saneamento básico da cidade de Luanda. Não se tratava de argumentos fictícios, visto que depois da tomada de posse os membros assumiram a responsabilidade de reverter o quadro calamitoso e de abandono em que Luanda se encontra. As desculpas ficavam para trás e talvez jamais ouviríamos as lamentações de sempre. “Luanda é cidade difícil de governar, não está preparada para receber chuvas ou ainda, as populações não contribuem para que a cidade tenha boa imagem”,

enfim. Depois das críticas públicas do Presidente da República, referentes à gestão de Simão Paulo, o Presidente exara um Despacho à Comissão Administrativa para dinamizar e desenvolver com maior rigor o saneamento e outros problemas dos serviços básicos da população. Embora a governação da cidade capital desde os tempos idos tivesse conhecido momentos controversos, a posição tornada pelo chefe de Estado angolano não foi bem vista por muitos, por a Constituição vigente no País não prever a criação de Comissões para a gestão de uma província.

As críticas em relação ao lixo interminável, as estradas esburacadas e o saneamento básico cada vez mais deficiente têm sido os maiores transtornos e em certos casos, o fim da carreira política de muitos, por causa da intervenção directa do Governo Central e todas as instituições do poder decisivo que estão concentradas nesta cidade. E esta intervenção no quadro do governo provincial tem contribuído de forma clara e evidente no fraco desempenho daqueles que, indicados para o cargo de governador, se dedicam a aprimorar a imagem da cidade. O Despacho presidencial de 20 de Janeiro de 2004, que criava a referida Comissão, esclarecia o objectivo e as competências da mesma, e a decisão surgiu, referia o documento, da “necessidade de o Governo central interceder com vista à rápida alteração da situação de acentuada degradação do estado das principais infra-estruturas da cidade, bem como a diminuição de qualidade dos principais serviços básicos prestados à população”. Para responder a estas e outras exigências, como, o projecto da alteração da divisão político-administrativa da cidade de Luanda, a reorganização da estrutura dos serviços que integram o governo da província, o abastecimento de água potável, fornecimento de energia eléctrica, transportes públicos, recolha e tratamento do lixo, acções que reforcem a segurança e ordem públicas, foram das mais atractivas acções que os municípios se orgulharam(...)

Quando não se verifica o interesse pragmático, os menos lúcidos são levados muitas vezes a emitir juízos de valor, caracterizando de certa forma a actividade como sendo incompetência política e administrativa. O projecto da criação de novos espaços que poderão servir à população como mercados continua por desvendar, porque temos vindo a acompanhar os relatos de populares, reclamando espaços novos para o exercício da actividade do comércio informal. É certamente o que o que alguns populares reportaram ao Folha 8 no mercado da Estalagem.

1.2 Contínua o martírio dos vendedores ambulantes

Angolense...12/ 05/ 05

As autoridades de Luanda, ao que tudo indica, pretendem acabar, a qualquer preço, com a venda ambulante. Nem que o custo seja agredir mulheres grávidas, que deambulam pela cidade, pilhar crianças que praticam a venda ambulante, ou extorquir vendedores que apenas lutam por uma refeição diária.

Em consequência da insegurança resultante da guerra civil, que durante vários anos grassou o país, milhares de pessoas tiveram que se refugiar na cidade capital. Sem emprego ou formas de subsistência, os populares tiveram que optar pela venda informal como forma de garantir o sustento. Nos vários mercados onde a venda ambulante se desenvolve, o cenário de polícia correndo com as vendedores, agredido-as brutalmente, onde nem mesmo mulheres em avançado estado de gestação são poupadas é “o prato do dia”.

Esta imagem pode ser vista diariamente no mercado do São Paulo, na chamada zona do “arreou”, um nome surgido devido aos artigos, vendidos a baixo preço que proliferam no local. No mercado, as “honras da casa” são feitas pelos agentes da II Divisão da Polícia Nacional, que fazem diariamente uma verdadeira “caça a zungueira”. Para o apoio aos agentes está permanentemente no local uma viatura de marca Land Cruiser, com a chapa de matrícula LDS-40-22. Quando a violência verbal e física não chega, os polícia chegam mesmo a fazer disparos com armas de fogo, uma situação que tem deixado em pânico as populações residentes naquele local. Angela Maria, deslocada de guerra da província do Huambo, é umas das mulheres que procura diariamente a vida, vendendo artigos diversos no mercado do São Paulo.

Aos 27 anos, a vendedora tem sob sua responsabilidade quatro filhos menores, uma vez que o seu esposo, um antigo soldado das extintas FAPLA, há muitos anos que se encontra desempregado. “Nunca deixarei de vender, façam o que quiserem, mas preciso dar de comer aos meus filhos”, afirmou. A persistência é a única força que busca para manter o negócio. Contou que por diversas vezes perdeu a sua fonte de sobrevivência, que se resume a venda diária de alguns pedaços de carne. “Recebem as coisas, batem nas pessoas, é uma injustiça”, lamentou, acrescentando que teme perder novamente tudo, pois está a trabalhar com “dinheiro emprestado”. Outra mulher que também se bate diariamente para alimentar a família é Florinda Paulo. Todos os dias, faça sol ou chuva, dirige-se ao mercado do São Paulo onde vende desde material escolar a roupas diversas. Embora o marido trabalhe como segurança privado, o salário nunca chega para as despesas familiares, pelo que não pode cogitar a

hipótese de abandonar o negócio de rua(...)

Da actuação brutal dos fiscais e polícia destacados no local, figuram agressões contra mulheres grávidas, extorsão de populares e até um caso de morte por espancamento. Embora o Comandante Geral da Polícia Nacional, Alfredo Ekwiwi já tenha, publicamente, solicitado aos seus efectivos a porem de lado os actos de agressão, a situação mantém-se, para sofrimento dos vendedores.

1.3 Empresários em Benguela clamam por crédito

Jornal de Angola...13/ 02/ 05

A Associação Empresarial de Benguela manifestou o seu descontentamento pela falta de concessão de créditos aos empresários locais, o que tem dificultado uma maior intervenção do sector privado no desenvolvimento da região.

De acordo com os empresários ligados aos sectores da Indústria, Pescas, Comércio, Agricultura e Serviços, os exíguos apoios recebidos estão longe de materializar os seus projectos ou de satisfazer as necessidades do desenvolvimento sócio-económico da província. A incapacidade das instituições financeiras e bancárias em dar respaldo aos inúmeros projectos a si remetidos, tem contribuído para o agravamento das suas actividades. A preocupação foi apresentada durante o encontro mantido na sexta-feira, na referida cidade, com a delegação do MPLA chefiada pelo seu secretário para a Informação, Norberto dos Santos “Kwata Kanawa”. No encontro, que contou fundamentalmente com empresários das cidades do litoral da província, foi também questionada a vinda ao país, particularmente à província, de cidadãos asiáticos que exercem actividade comercial sem contribuir para o progresso da região.

A delegação do MPLA deslocou-se ainda ao município de Caimbambo, a 116 quilómetros da cidade de Benguela, uma região potencialmente agrícola. A delegação inteirou-se dos programas de desenvolvimento do município, particularmente os ligados ao relançamento do sector produtivo.

1.4 Angola recebe empréstimo de 6 milhões de dólares da china

Jornal de Angola...26/ 02 05

Cooperação Vice-ministro chinês diz que relações sino-angolanas registaram progressos

ANGOLA vai receber um empréstimo de 50 milhões de yuans (cerca de 6 milhões de dólares) sem juros da República Popular da China. O facto foi anunciado ontem pelo vice-primeiro-ministro daquele país

asiático, Zeng Peiyan, durante a abertura das conversações oficiais entre delegações governamentais dos dois países. O governante chinês, que visita Angola desde a passada quinta-feira, foi recebido ontem pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, uma audiência que Zeng Peiyan considerou “frutífera”. O chefe da delegação chinesa lembrou que as relações entre os dois países registaram desenvolvimentos, sem sobressaltos, desde o estabelecimento de relações diplomáticas, em 1983. O governante chinês indicou que se registaram, ao longo desses anos, o “aprofundamento do entendimento mútuo, confiança política”, bem como a “ampliação contínua da cooperação nos domínios político, económico, militar, cultural e da educação”. Por outro lado, o vice-primeiro-ministro da China agradeceu o apoio de Angola à política de uma só China, e nas questões internacionais como as de direitos humanos.

“O Governo chinês valoriza a amizade tradicional sino-angolana. Estamos dispostos a aumentar contactos de alto nível, explorar a cooperação em todos os domínios, reforçar consultas e colaboração nos assuntos internacionais e regionais, de modo a promover um maior desenvolvimento das relações de amizade e cooperação entre a China e Angola”, disse.

1.5 Custo de vida continua a sufocar Angolanos

Folha 8...26/ 02 /05

Inflação sobe em Luanda

Os preços ao consumidor aumentaram 1,94 por cento em Janeiro, face ao mês anterior, na cidade de Luanda, revelou o Instituto Nacional de Estatística. A classe de transportes foi a que registou a maior subida, com 8,15 por cento, seguindo-se as rubricas de Educação (5,87), Lazer, Recreação e Cultura (4,52) e Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis (4,05). A variação homóloga da inflação fixou-se em 29,58 por cento, o que representa uma descida acentuada em relação ao valor registado em Janeiro de 2004, quando atingiu 70,12 por cento. O índice de preços no consumidor elaborado pelo INE resulta de um cabaz constituído por 24 produtos, sendo mensalmente analisados cerca de 14.700 preços em vários mercados e lojas comerciais da capital. A taxa de inflação em Luanda foi de 31,02 por cento em 2004, naquele que foi o valor mais baixo registado nos últimos anos, especialmente desde 2001, ano em que se fixou em 116 por cento, descendo para 105 por cento em 2002. Em 2003, fixou-se pela primeira vez nos dois dígitos, atingindo 76,5 por cento.

Para 2005, o Governo prevê uma inflação de 15 por

cento, como consta do Orçamento Geral do Estado aprovado pela Assembleia Nacional.

1.6 Acordo com o FMI novamente encalhado

Semanário Angolense...26/ 02/ 05

O Fundo vem ou não?

Dependendo da pessoa a quem se colocar a questão, a falta de um acordo entre Angola e o Fundo Monetário Internacional pode ser atribuída às duas partes. O FMI quer as cartas todas na mesa, o Governo diz que não tem mais nada a provar. O entusiasmo deu espaço a uma troca de galhardetes pouco amigável. Enquanto se mantém o impasse a reputação do Governo permanece na lama e a vida neste país não muda nada. Recapitulemos.

No rescaldo de uma visita a Washington, Aguinaldo Jaime dizia que um acordo com o Fundo Monetário Internacional poderia ser alcançado até final do ano passado. As coisas não correram a preceito e o ano de 2004 foi quase todo consumido em negociações para

preparação de novas negociações. Ainda assim em finais do ano passado, fontes do Governo, animadas com a visita a Angola de Takatoshi Kato, director-geral adjunto do FMI, apontavam o passado mês de Janeiro deste ano como data provável para a assinatura do tão almejado acordo. Os prognósticos voltaram a falhar. Angola teria, segundo versão do FMI, fornecido informação insuficiente para a preparação de uma visita de peritos seus. O FMI está particularmente apreensivo com a falta de detalhes na resposta do Governo relativa à aplicação de 600 milhões de dólares resultantes da venda de petróleo. A visita da missão do FMI passou de Janeiro para Fevereiro, de Fevereiro para Março, e agora pode estar de novo adiada, incluindo o envio a Angola da missão do artigo 4, aquela que deverá fazer o levantamento da economia angolana. O último detalhe partiu do próprio ministro das Finanças, José Pedra de Morais. Respondendo à preocupação do Fundo relativa à insuficiência de informação, JPM disse que Angola «não estará tão cedo em condições de fornecer ao FMI a informação económica e financeira que ele precisa. Somos um país sub-desenvolvido, as nossas estruturas não estão convenientemente apuradas. O processamento de informação é um processo gradual». Falando para os serviços de Informação das Nações Unidas IRIN, José Pedro de Morais disse que Angola está pronta para o estabelecimento de um acordo. «Nós precisamos de reestruturar a nossa dívida pública, com a qual esperamos levar de volta o país às transações fluidas. Por conseguinte, o acordo não depende de nós, até porque estamos prontos». José Pedro de Morais, que foi funcionário do FMI durante 4 anos, disse que o

estabelecimento de um acordo com o FMI está a ser politizado(...)

No ano passado Angola recorreu a empréstimos pagos com petróleo para segurar a sua economia, devastada por guerra, na esperança de vir a conseguir obter empréstimos bonificados do Fundo. Há coisa de um ano, este acordo parecia eminente, mas o FMI e os principais doadores torceram o nariz ante a dificuldade de Angola explicar o destino de 600 milhões de dólares resultantes do excedente que veio da alta do petróleo. «Estamos a falar de um país onde já desapareceram centenas de milhões de dólares», disse fonte diplomática ocidental. Diplomatas ocidentais acreditam que Angola voltou a encher o peito depois de ter conseguido um empréstimo de 2 biliões de dólares junto da China. «É exactamente o que chancelarias ocidentais receavam».

1.7 Economistas cépticos com os aumentos do combustível

Angolense...26/ 02/ 05

“Para que não sejamos mal interpretados, e oxalá os nossos actuais governantes tenham razão, eu não acredito que este aumento não terá reflexos no custo de vida”, disse-nos um economista e professor universitário que preferiu falar sob anonimato, por trabalhar igualmente em esferas do poder.

Do mesmo modo, Alves da Rocha, afecto ao Ministério do Plano entabulou-se em explicações e prefere aguardar pelo evoluir da situação. Para este renomado economista, o índice geral de preços referente ao mês de Fevereiro nos dirá o impacto real ou não dessa medida. Nas suas palavras, recentemente, a rádio nacional de Angola, Alves da Rocha deixou claro também que haverá efectivamente um aumento da inflação e da taxa de câmbio, contudo, estes aumentos não terão um grande impacto na economia. Essa opinião é, entretanto descordada por outros especialistas que defendem que este impacto é real, porque ocorre um efeito de inflação acumulada que vai diminuindo o poder de compra dos populares. Contra o argumento usado pelo governo para promover estes aumentos o facto da subvenção ser benéfica apenas para m grupo de pessoas, a maioria delas abastadas e usufruindo de várias viaturas, aquele professor universitário que viemos fazendo alusão defende ainda que o impacto sobre a micro economia é geral. “Todos sentem esse impacto, pois os principais bens e serviços têm a tendência de subir em flecha, pois, como sabemos, continuamos a assistir a um fenómeno em que a nossa economia, sobretudo as industrias têm no

petróleo como a principal fonte de energia. Diante dessa realidade, é natural que o preço dos bens e serviços locais tenham um aumento e não tenhamos ilusões”, alerta.

Por outro lado, esta fonte insurge-se contra o facto do Governo não estar a respeitar sequer a sua palavra. “Há uma situação que deveria merecer a atenção dos partidos políticos e que tem a ver com o facto do Governo não cumprir com a sua palavra. Foi dito que os aumentos do combustível seriam faseados, mas, o que temos estado a assistir é a um aumento sistemático e constante, a exemplo do que sucede em outras países onde a economia está melhor organizada”, disse lembrando que os últimos aumentos foram feitos em menos de um ano.

“Em menos de um ano, o Governo aumentou o preço dos combustíveis cerca de três vezes, isso é muito mau. Não pode haver esse aumento, e a sociedade não reagir. Isso afecta o nível de vida das pessoas, mesmo que numa das vezes tivesse havido também um aumento de salários, mas este só resulta da degradação dos níveis desses mesmos salários em relação a inflação. Se se recordar, houve um aumento em Abril de 2004, outro em Novembro, e agora este em Fevereiro; em menos de três ocorreram dois reajustes, isso é que é mau”. Para além deste aspecto que se prende directamente com o gásóleo e gasolina, o aumento dos preços atingiu também o gás de cozinha. Dos 378, kwanzas que custava a botija de 12 kilogramas, hoje custam 420. Aqui houve um aumento maior, o que também terá um impacto maior na vida das populações. Instado a pronunciar-se sobre este fenómeno, o professor universitário que viemos fazendo alusão, do Ispra e da faculdade de economia da UAN, considera que é altura dos consumidores exigirem um outro nível de qualidade. “Penso que não devemos viver de constantes rupturas que têm ocorrido com a Sonangol. Quem paga mais de trinta kwanzas por litro e cerca de cinco dólares por 12 kilogramas de gás de cozinha tem de exigir uma maior qualidade na prestação do serviço, ou seja, tem que se abastecer devidamente o mercado, em função das necessidades”.

Para o nosso interlocutor, “embora o INADEC seja um organismo do Estado, não deve ter repulsa em apontar o dedo a empresas públicas como a Sonangol quando o serviço que ela presta é de baixa qualidade. Tem que começar a existir esse equilíbrio no mercado, entre o preço e a qualidade do serviço. A Sonangol não deve ter a mentalidade de que está a prestar um favor às pessoas. Esse serviço é pago, mesmo que o seu preço seja subvencionado”, sugere.

1.8 Governo aprova acordo com Banco Mundial

Folha 8...26/ 02/ 05

O Governo aprovou um acordo com a Associação para o Desenvolvimento Internacional, do Banco Mundial, para o financiamento da primeira fase do projecto multi-sectorial de reabilitação e reconstrução, no âmbito da estratégia de combate à pobreza.

O projecto, negociado pelo Ministério do Planeamento, visa a “criação de condições duradouras para a reconstrução, reabilitação económica. e restabelecimento da administração do Estado em todo o território”, refere o comunicado final da reunião da Comissão Permanente do Conselho de Ministros. O documento acrescenta que o projecto multisectorial de reabilitação e reconstrução pretende ainda “aumentar as receitas rurais, melhorar a segurança alimentar e o acesso aos serviços essenciais de educação e saúde, reabilitar infra-estruturas económicas e sociais e reforçar a capacidade do governo para formular e implementar programas de desenvolvimento de médio e longo prazo”.

Na reunião do - dia 24, que decorreu no Palácio Presidencial da Cidade Alta, em Luanda, a comissão permanente aprovou ainda as linhas gerais de implementação da nova política para o sector empresarial do Estado. Para o governo, este sector necessita de uma reorganização, já que a maior parte das empresas públicas tem “pessoal em excesso, custos elevados, baixos níveis de produção, insuficiência de liquidez, endividamento elevado, elevados créditos sobre o Estado e acumulação persistente de resultados negativos”.

Nos termos da nova política a implementar, o governo pretende “transferir para a iniciativa privada actividades indevidamente exploradas pelo sector público, permitindo que as empresas públicas voltem a assumir-se como um dos pilares fundamentais para a consolidação da estabilidade macro económica e o relançamento sustentável da economia” .

A Comissão Permanente do Conselho de Ministros esteve ainda a analisar as negociações em curso com o grupo empresarial chinês ZT, que pretende “participar na expansão da rede básica de telecomunicações em Angola”. O comunicado final da reunião não adianta, no entanto, qualquer pormenor sobre o actual estado das negociações com este grupo empresarial chinês, que está actualmente presente em 70 países, dos quais

15 no continente africano. A implementação do Projecto Aldeia Nova, no município da Cela, província do Kwanza Sul, esteve também em análise nesta reunião, tendo como base um relatório do Ministério das Obras Públicas.

O projecto, que prevê a fixação de 800 famílias, metade das quais de desmobilizados de guerra, prevê a preparação de 800 fazendas familiares com 13 hectares de terreno cada e a preparação de outros 15 mil hectares de terras para o cultivo em sociedade. Está ainda prevista a construção de 200 moradias e a reconstrução de outras 400 moradias familiares, além de “uma incubadora para mais de dois milhões de pintos, uma central de ração animal, um moinho da farinha de milho, uma fábrica de óleo, uma leitaria, um matadouro de aves, suínos e bovinos, um centro de adubos e sementes, um laboratório para análise de solos, um posto de abastecimento de combustíveis e uma oficina de serralharia.

O relatório do Ministério das Obras Públicas “prevê que o projecto possa recuperar nos próximos meses dos atrasos acumulados em 2004”, admitindo que possa “estar concluído dentro de um ano na sua parte essencial, com o cultivo minifundiário de terras, a criação de gado, a produção de leite e a actividade agro industrial”

2 GOVERNAÇÃO

2.1 Governo trabalha para um processo eleitoral transparente

Angop...16/ 02/ 05

O Governo angolano está a trabalhar naquilo que lhe compete e no quadro das suas responsabilidades, para que o processo preparatório das eleições seja transparente, objectivo e credível, mediante a participação de todas as forças necessárias à realização das tarefas.

Esta garantia foi expressa terça-feira, em Luanda, por Virgílio Fontes Pereira, coordenador da Comissão Inter-ministerial para a preparação das eleições gerais no país, no termo de um encontro com a “troika” da União Europeia em Angola, com quem analisou o percurso do processo. Segundo o governante, as tarefas que o executivo tem vindo a executar (levantamento da situação) não põe em causa o figurino que o Parlamento vier a estabelecer a respeito do processo eleitoral na sua globalidade, afastando qualquer tipo de perturbação. Virgílio Fontes Pereira disse ter assegurado aos membros da “troika” constituída pelos embaixadores da Grã-Bretanha, John Thompson, da Holanda, Robert Brinks, e do representante da Comissão da UE, Mathuieu Bousquet, a abertura e disposição do Governo angolano envolver a comunidade internacional no processo eleitoral. “Logo que o Parlamento aprove a legislação sobre a observação internacional, outros passos serão dados no sentido da formalização dos convites para que a comunidade internacional se envolva nas tarefas eleitorais tão urgente quanto possível para transmitir credibilidade ao processo”, explicou. (...)

Para o efeito, disse que o Governo terá de criar condições técnicas nos domínios da desminagem, assistência aos refugiados, reassentamento das populações, entre outras acções que deverão contar com a contribuição da comunidade internacional, partidos políticos e a sociedade civil. Por sua vez, o embaixador da Holanda, Robert Brinks, disse à imprensa que a realização de eleições em Angola será um passo muito importante e histórico para a consolidação da democracia na região Austral de África, onde o processo já é realizado com regularidade em alguns países. Na ocasião, o diplomata anunciou que a UE está disponível para prestar ajuda financeira ao Governo angolano, bastando para tal que este

formalize o pedido.

2.2 ONG defende sistema eleitoral adaptado à situação do país

Jornal de Angola...16 /02/ 05

O Instituto Eleitoral da África Austral (EISA) defende que Angola deve adoptar um sistema eleitoral que esteja em conformidade com o seu sistema político e partidário e com a sua história.

A posição daquela Organização Não Governamental da região austral do continente africano está expressa numa brochura intitulada “Princípios para gestão, monitorização e observação eleitoral na região da SADC”, apresentada ontem, em Luanda. Aquela ONG defende que o eleitorado deve entender o sistema eleitoral vigente nos Estados da SADC, a natureza da representação e as suas consequências políticas. Num bom sistema eleitoral, de acordo com aquela ONG, deve estar subjacente uma ampla representação dos diversos interesses políticos e grupos populacionais, a inclusão e a participação política dos actores principais, a responsabilidade política dos deputados perante os eleitores e a transparência e legitimidade do processo eleitoral e do resultado do mesmo. Quanto aos órgãos de gestão eleitoral a serem criados, a EISA recomenda que estes devem ter como princípio uma composição representativa da sociedade, incluindo no mínimo 30% de mulheres, em conformidade com a declaração da SADC sobre o género e desenvolvimento de 1997.

Na fase pré-eleitoral, a EISA defende que haja educação cívica e eleitoral, que, segundo aquela organização, deve assumir “alta prioridade” dentro da região austral. Um dos membros da comissão eleitoral, de acordo com a publicação da EISA, tem que ser uma pessoa que ocupa um cargo judicial (juiz dum tribunal judicial ou do Tribunal Supremo).

O jurista angolano Caetano de Sousa, o reverendo Ntony Zinga e o director executivo da EISA, Denis Kadima, falaram sobre a obra, que apresenta uma recolha feita em todos os países da região com experiência eleitoral(...)

A palestra discutiu temas como “Princípios para a gestão, monitorização e observação eleitoral na SADC – importância no contexto angolano”, “A sociedade civil e os processos eleitorais na SADC” e “Os partidos políticos e os processos eleitorais na SADC”.

2.3 Governo quer iniciar recenseamento dos eleitores no cacimbo

Jornal de Angola...16/ 02/ 05

O Governo angolano pretende realizar o recenseamento eleitoral, tendo em vista as próximas eleições no país, previstas para 2006, durante a estação seca, que começa em meados de Maio, anunciou ontem em Luanda o ministro da Administração do Território, Virgílio de Fontes Pereira.

“Estamos a pensar que, se não houver nenhuma perturbação, o registo eleitoral poderá ocorrer no período do cacimbo (estação seca)”, afirmou Virgílio Fontes Pereira, que coordena a comissão interministerial encarregada de preparar as próximas eleições.

A estação seca em Angola tem início em meados de Maio e prolonga-se até ao final de Agosto, altura em que habitualmente começam as chuvas. O ministro, que falava aos jornalistas no final de um encontro com representantes da “troika” de países da União Europeia, liderada pela Holanda, justificou esta opção com o facto da estação seca permitir uma melhor circulação das pessoas. “No período seco as pessoas podem transitar e ter acesso aos locais de registo”, salientou Virgílio de Fontes Pereira, acrescentando que o Governo acredita ser possível concluir até finais de Maio “todo o trabalho preparatório” de formação dos elementos que vão integrar as brigadas de recenseamento e de organização dos meios logísticos necessários(...)

“Logo que o Parlamento aprove a legislação necessária será possível dar os passos de formalização dos convites à comunidade internacional, porque queremos que ela se envolva tão depressa quanto possível nas tarefas do processo eleitoral, para aumentar a credibilidade do processo”, afirmou. O ministro mostrou-se, por outro lado, despreocupado com as vozes que se levantam contra a preparação do processo de registo e recenseamento eleitoral por um órgão do Governo, adiantando que esta é uma tarefa da responsabilidade dos órgãos do Estado. “Nós não vamos abrir mão deste princípio”, defendeu Fontes Pereira, para quem a “troika” da UE, liderada pela Holanda, reconhece que nas actuais condições de Angola, o registo eleitoral deve ser realizado por um órgão de Administração do Estado, com a fiscalização da comunidade internacional, partidos políticos e da sociedade civil.

2.4 Por uma lei eleitoral que perdue no tempo

Folha 8...19/ 02/ 05

O Parlamento Angolano, tem nas suas mãos ao debater o pacote legislativo de suporte eleitoral, uma grande responsabilidade.

Com efeito, os políticos interessados em construir instituições fiáveis para o futuro e consolidar a democracia, tudo devem fazer para que a legislação referida confira maior credibilidade aos futuros processos eleitorais, deixando escassa margem a contestações. Tudo isso só se alcança se as partes envolvidas na elaboração da lei (as bancadas parlamentares), tal como afirmaram na apresentação das referidas propostas, buscarem sempre o consenso e não fugirem ao compromisso e os executores das normas, forem de facto apartidários e portanto imparciais.

Angola e os legisladores Angolanos, têm que entender que sistemas democráticos estáveis no mundo, são suportados por exaustiva legislação eleitoral que não se limita a enunciados normativos, nem permite interpretações díspares e subjectivas por parte da administração eleitoral e dos partidos concorrentes. A futura lei eleitoral deve incorporar procedimentos detalhados nas mais diversas etapas e estruturas de condução da engrenagem eleitoral equidistantes, de modo a anular o espaço para divergências de interpretação e potencial conflito, donde uma especial atenção deve ser dada ao contencioso eleitoral.

O Conselho Nacional Eleitoral Independente não se deve subordinar a nenhum actor envolvido na competição, nem sequer ao Governo, como primeira condição para a sua legitimidade.

Também, deve o CNEI, ser dotado a partir da Lei a aprovar, de uma estrutura com ramificações por todas as circunscrições administrativas do país, operando com independência em relação às estruturas governativas e político-partidárias a nível central, provinciais, municipais e comunais que no caso angolano, na maior parte dos casos são dirigidas por ministros, governadores e administradores que ocupam essas posições e são simultaneamente os chairmans do partido no poder, no território das suas circunscrições administrativas e não só. Os Governantes com inequívocas atribuições político-partidárias, não devem ser envolvidos por serem parte interessada, o que difere dos recursos do Estado, tanto humanos como materiais, que ao serem requisitados pelo Conselho

Nacional Eleitoral Independente, passam para a gestão e controlo executivo deste e de suas estruturas espalhadas pelo país.

A forma de provimento, não está devidamente elaborada nos projectos apresentados, para que tenhamos um órgão verdadeiramente independente que se vislumbre para lá da norma. A independência do CNEI, só será efectiva se a sua ramificação estrutural como acima referi, se subordinar à estrutura central, reproduzindo em todas as províncias, municípios e comunas os mesmos princípios de imparcialidade política que informam o Conselho a nível central. É por isso que os deputados não deverão aceitar a proposta que consta dos artº 154º b) e artº 156º b) do Projecto de Lei Eleitoral do MPLA, que reproduz a injustiça da actual lei eleitoral, a mesma que regeu o processo em 1992, ao instituir Conselhos Eleitorais Provinciais e Gabinetes Eleitorais Municipais, cuja maioria dos seus membros é indicada pelo Governador Provincial e pelo Administrador Municipal respectivamente, quando sabemos todos que neste país, tais figuras são também em mais de 80% dos casos primeiros secretários do MPLA e portanto, árbitros e jogadores simultaneamente.

Foram estas normas que permitiram em 1992 o surgimento das chamadas Assembleias eleitorais suplementares que alguns Gabinetes Eleitorais Municipais montaram, sem que os partidos da oposição tivessem sido informados e portanto, “ impossibilitados de controlarem as referidas Assembleias. Só em Malanje foram mais de sessenta Assembleias suplementares a que se chamou na ocasião de “fantasmas”. Tendo em conta que cada uma manuseou três kits de 1200 boletins para cada colégio eleitoral, só por maldade é que não se indagaria o alcance da proposta para continuar a reger futuros pleitos neste país, onde a política está excessivamente marcada pela suspeição.

2.5 Rede mulher debate género e eleições

Jornal de Angola...19/ 02/ 05

A Rede Mulher, em parceria com o Grupo de Mulheres Parlamentares, promove desde ontem, em Luanda, um seminário subordinado à “Análise do Género ao Pacote Legislativo Eleitoral 2006”, cujo objectivo é elaborar propostas de leis para o próximo pleito eleitoral. O encontro, que decorre na sala de reuniões do Ministério da Agricultura foi aberto pelo director nacional das Eleições, Paulo Soma, que enalteceu a realização do encontro, que, segundo ele, vai permitir o debate da distribuição dos assentos, a nível parlamentar, na perspectiva do equilíbrio do género.

Segundo disse, a “Análise do Género ao Pacote Legislativo Eleitoral 2006” pretende levantar questões sobre as quais o actual texto constitucional e a presente Lei eleitoral apresentam algumas imprecisões. “Em vésperas da discussão e aprovação do pacote legislativo eleitoral, levantar a questão do género implica o repensar e o reformular de conceitos que até aqui pareciam intocáveis, tais como os princípios de representação proporcional, de igualdade e do direito de participação”, disse. A directora da Rede Mulher, Júlia Ornelas, disse que o princípio democrático garante que na Assembleia Nacional esteja representada a diversidade de formações político-ideológicas que estruturam politicamente uma sociedade.

Em seu entender, o sistema proporcional tem a grande vantagem de garantir que todas as correntes políticas obtenham representação, fazendo eleger candidatos, em proporção da sua quota de votos, sem grandes disparidades. Acrescentou que um dos aspectos mais importantes do sistema proporcional é a eleição em listas plurinominais, organizadas de modo a que não se verifiquem disparidades consideráveis entre as quotas de votos e as quotas de deputados de cada partido.

“É pois aqui que deve residir a nossa atenção, cuidando de estarmos atentas para que a perspectiva do género esteja devidamente equacionada, para que a representação das mulheres, nos vários domínios de intervenção do processo eleitoral, seja em níveis aceitáveis, de acordo com os instrumentos aprovados pelos países da SADC”, disse a concluir. Durante o seminário estarão em análise os projectos de Lei Eleitoral, de Alteração à Lei dos Partidos Políticos, a Lei de Observação Eleitoral, a Lei de Registo Eleitoral, o Código de Conduta Eleitoral, a alteração à Lei da Nacionalidade, bem como a Lei do Direito de Antena, Réplica e Resposta dos Partidos Políticos e Organizações da Sociedade Civil. De igual modo será feita uma introspecção ao estudo da percepção dos angolanos quanto às próximas eleições, bem como proceder-se-á à apresentação e discussão de propostas, numa perspectiva do género, elaboradas pela Rede Mulher.

2.6 Rede Eleitoral defende CNE independente

Jornal de Angola...23/ 05/ 05

O registo para as eleições de 2006 deve ser levado a cabo por um Conselho Nacional Eleitoral (CNE) independente, defendeu ontem, em Luanda, Carlos Gomes Sucami, coordenador da Rede Eleitoral, um

consórcio de ONG angolanas engajadas no apoio ao processo eleitoral em curso no país.

Carlos Sucami, que falava à margem do painel sobre a “Abordagem analítica dos processos eleitorais: as experiências do Botswana, Malawi e Moçambique”, enquadrada na conferência nacional sobre “Princípios e processos eleitorais da SADC e suas implicações nas eleições gerais em Angola”, contrariava assim as vozes que defendem que o registo eleitoral seja feito pelo Governo (Ministério da Administração do Território). “Por uma questão de transparência e de credibilidade, há toda a necessidade de que o CNE, a ser criado, seja um órgão independente, que fiscalize todo o processo eleitoral, tal como aconteceu em 1992”, disse. Sucami, que fiscalizou as últimas eleições realizadas em Moçambique, realçou, entretanto, que deve haver uma articulação perfeita entre o CNE e as instituições do Governo.

Acrescentou que os governos provinciais e ministérios, assim como a sociedade civil, devem prestar toda a assistência ao CNE, para que o processo eleitoral seja um êxito. A Rede Eleitoral, de acordo com Sucami, defende ainda que o CNE seja composto por um máximo de cinco pessoas indicadas pelos partidos políticos com assento parlamentar, tendo em conta não a sua conotação política, mas as suas capacidades e habilidades profissionais.

Advogou ainda a criação de um CNE equilibrado, do ponto de vista étnico-tribal, onde, por exemplo, os seus integrantes não sejam apenas bacongós ou Umbundus. A decorrer no auditório da Universidade Católica, a conferência nacional sobre os “Princípios e processos eleitorais da SADC e suas implicações nas eleições gerais em Angola”, que deve encerrar ainda hoje, está a ser realizada pela Rede Eleitoral com o patrocínio do Instituto Democrático para os Assuntos Internacionais (NDI) dos EUA.

3 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

3.1 Mais lugares na Universidade

Jornal de Angola...10/ 02/ 05

A Universidade Agostinho Neto (UAN) tem disponível um total de quatro mil e 40 vagas para o ano lectivo 2005/2006 que inicia a 18 de Abril próximo. Deste número três mil e 250 vagas são para o ensino diurno e 790 para os cursos nocturnos.

Os dados foram revelados ontem, ao “JA”, pela vice-reitora para os assuntos académicos, Suzanete Costa, que acrescentou que o número de candidatos tem aumentado de ano para ano. Contrariamente ao que vem sendo propalado em diversos círculos estudantis, as unidades orgânicas da UAN sediadas em Luanda vão receber novos estudantes, tendo muita abertas as respectivas inscrições, devendo nos próximos dias realizar os habituais testes de admissão.

Assim sendo, o Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED) central de Luanda tem disponível 280 lugares, sendo 160 para o curso nocturno e 120 para o diurno o que contraria a informação, segundo a qual este ano lectivo não receberia novos candidatos. A Faculdade de Direito deve agrupar neste ano académico 300 novos estudantes, repartidos em metade para os dois períodos, a de Ciências 325, sendo 175 para diurno e 150 para nocturno.

A Faculdade de Economia vai receber 150 novos estudantes, sendo 100 para os cursos diurnos e 50 nocturno, enquanto que a de Engenharia tem previsto a recepção de um total de 200.

Oitenta é o número de vagas existentes na Faculdade de Medicina, enquanto que no Instituto Superior de Enfermagem (ISE), há 70 lugares. No polo universitário da Lunda Norte 210 e no da Lunda Sul, também em funcionamento em Luanda, 200.

Na Huíla, o Isced do Lubango tem disponível 460 vagas, o núcleo de Direito 60, o de Economia 90, enquanto que o polo universitário do Namibe deverá receber 600 estudantes.

O ISCED de Benguela prevê receber 195 estudantes, enquanto que o núcleo de Direito tem reservado 30 vagas e polo universitário do Kwanza Sul, em funcionamento na cidade das acácias rubras deverá

agrupar 225, perfazendo um total 450 vagas para a província. Em Cabinda, o Isced não tem vagas, mas no total a província deverá receber 100 estudantes, sendo 30 para o núcleo de Direito e 70 para o de Economia.

Na província do Planalto Central, o Isced tem em aberto 165 lugares, o núcleo de Economia 100, o de Direito 60, enquanto que a Faculdade de Ciências Agrárias 70. O Isced do Uíje deve receber 140 estudantes. A Faculdade de Letras e Ciências Sociais, sediada em Luanda e em funcionamento há sensivelmente dois anos, vai também receber estudantes. O número a entrar ainda não está definido pelo facto de ainda se encontrar em período de provas finais.

Quando se concluir o processo na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, adicionando as inscrições nas escolas superior de Ciência e Tecnologia, no Namibe e Lunda Sul o número de vagas na Universidade Agostinho Neto poderá aumentar consideravelmente. Todavia, a Faculdade de Letras e Ciências Sociais tem tido muita procura. “Mas, a falta de infra-estruturas para suportar a demanda tem dificultado a acção da UAN”, frisou a vice-reitora para os assuntos académicos.

Luanda, o maior centro universitário da UAN, sendo seis faculdades, dois institutos superiores e dois polos universitários, é a região do país que deverá receber mais estudantes, num total de mil e 815, vindo a seguir a Huíla com mil e 210. Questionada sobre se o número de vagas foi estabelecido em função da aderência, a vice-reitora reiterou que para este ano lectivo o número de vagas aumentou.

A Universidade Agostinho Neto tem 16 Unidades Orgânicas, entre Faculdades, Institutos e Escolas Superiores e ministra cerca de 60 cursos.

3.2 Colégios lucram desmedidamente

Jornal de Angola...11/ 02/ 05

Os preços em colégios da cidade de Luanda mantêm-se elevados para as condições do mercado luandense. Para além disso, é preciso constatar ter havido um aumento global do nível de preços nos últimos 12 meses, da ordem dos 2,6%.

O gráfico demonstra que depois de se ter registado uma ligeira diminuição de preços de acesso à maior parte dos níveis de ensino no período 2000-2004, o ano de 2005 trouxe já o aumento médio de preços em cada um dos níveis de ensino, em colégios particulares de Luanda. A única diminuição de preços diz respeito ao valor da inscrição, que baixou de 70 para 66 dólares americanos, em média.

Tal como vem sendo comum nesta época do ano, procedemos à recolha de preços em colégios da cidade

de Luanda, para facultarmos ao consumidor este tipo de informação, no início do ano lectivo. Desta vez estivemos em 88 colégios, localizados nos bairros Alvalade, Benfica, Cassenda, Chicala, Comandante Valódia, Golfe, Ingombota, Maculusso, Maianga, Miramar, Neves Bendinha, Ngola Kiluanji, Patrice Lumumba, Prenda, Samba, Sambizanga, S. Paulo, Tala Hady e Vila Alice, assim como em Cacucaco.

O número de colégios vem aumentando, o que é favorável ao desenvolvimento socio-económico do país. É preciso, contudo, que o Ministério da Educação se ocupe do seu papel, que é o de garantir que o aumento da quantidade de instituições de ensino particular se faça acompanhar do correspondente aumento da qualidade de ensino.

No que respeita a preços de acesso e propinas, a tabela é suficientemente elucidativa. Os melhores preços são actualmente praticados pelos colégios Misericórdia (ao Ngola Kiluanji), Rosângela (ao Cazenga) e Kimbanguista (ao Golfe).

Podemos acrescentar que, para além das disciplinas constantes do currículo regular, há colégios onde os alunos podem ter acesso a aulas de informática, línguas, música, ginástica, natação, karatê e capoeira. Mas há doze colégios onde se cobra adicionalmente pelas aulas de educação física (valores entre 30 e 65 dólares por mês), quando esta disciplina deveria fazer parte do currículo escolar, estando por isso o seu valor incluído na propina. Pelo transporte de e para o colégio cobram-se mensalmente valores que variam entre 20 e 150 dólares.

O valor médio é de 49,57 dólares por mês. Trata-se de mais uma aberração, que demonstra que os proprietários de alguns colégios de Luanda estão preocupados somente com o lucro imediato, sem olhar a meios. Há colégios onde os alunos que beneficiam de meios de transporte pagam as viaturas em que circulam, no espaço de um ano – quando uma viatura tem normalmente tempo mínimo de vida de dez anos... Outro dos aspectos negativos a destacar tem a ver com uniformes escolares. Admite-se que cada colégio tenha o seu uniforme, mas não é justo que se exija por um simples uniforme (calção e camisa) a exorbitância de 56 dólares americanos, como acontece entre nós. Pois o valor de um uniforme varia actualmente entre 15 e 185 dólares, situando-se a média em 55,83 dólares. Noutros países, paga-se muito menos por um uniforme que inclui casaco, peúgas e sapatos. Ouvimos recentemente anunciar que o Ministério da Educação vai, finalmente, estipular categorias para os colégios. Trata-se de uma iniciativa bem-vinda, que temos nesta rubrica reclamado desde há alguns anos.

Mas é preciso que não se fique por aí. É preciso impor regras, de forma que se deixe de pensar em lucrar o máximo possível, também em relação a actividades

complementares, ao transporte e uniformes. Uma das constatações diz respeito ao facto de se manter a cobrança de uma taxa de inscrição bastante elevada, em colégios de Luanda. Varia entre 6 e 150 dólares americanos, situando-se actualmente a média em 66 dólares e 3 cêntimos.

Dos 88 colégios visitados, em 79 cobra-se uma taxa de inscrição, supostamente para pagamento do impresso de matrícula, do trabalho relacionado com a inscrição e da caderneta escolar do aluno. Supondo que seja necessário pagar o trabalho de um funcionário que faça mil matrículas durante um mês e tenha um salário de 2 mil dólares americanos (um excelente salário!), esta fracção do custo de uma matrícula seria neste caso de 2 dólares. Se o impresso e a caderneta custarem, na pior das hipóteses, 5 dólares, teríamos um total de 7 dólares de despesas. Se somarmos a exorbitância de 3 dólares pela utilização das instalações para a matrícula ou inscrição, teríamos um total de 10 dólares, que seria assim o valor máximo admissível para uma matrícula.

Esse valor de 10 dólares (que considera cálculos por excesso, pois acreditamos que o custo real de uma matrícula não ultrapasse, em média, os 5 dólares) poderia estar incluído na propina que se paga durante dez meses – portanto, à razão de 1 dólar por mês. Ou seja, não se justifica que a maioria dos colégios cobre pela matrícula. Só se justificaria a cobrança, naqueles cujas propinas fossem realmente baixas(...)

Estará isto certo? Por que razão tem o consumidor de pagar tanto pelo simples acto de matrícula? Por que razão terão os proprietários de colégios de lucrar tanto pelas matrículas?

É chegada a hora de as competentes autoridades porem cobro a actos como este. Pois, por este andar, passaremos a ter clínicas, restaurantes e hotéis a cobrar exorbitâncias pelo simples acesso às suas instalações!

3.3 Ensino geral em Luanda admite 1.992 professores

Jornal de Angola...11/ 02/ 05

A província de Luanda conta com mais mil novecentos e noventa e dois novos professores do ensino geral e médio para o ano lectivo 2005/2006, aberto oficialmente pelo ministro da Educação, António Burity da Silva, a dois deste mês.

A informação foi prestada ontem à Angop, pelo assessor de imprensa da Delegação Provincial da Educação, António Cipriano, que fez também saber que a inserção dos novos docentes visa colmatar as necessidades apresentadas pelas delegações municipais. Segundo António Cipriano, os novos quadros, de nível médio e superior, foram admitidos depois de terem

passado por um teste psico-pedagógico, organizado pela Delegação Provincial de Educação de Luanda. A partir de segunda-feira, os professores começarão a ser distribuídos às delegações municipais, para serem encaminhados às escolas onde irão leccionar. Contrariamente aos concursos anteriores, este ano concorreram apenas candidatos com agregação pedagógica.

Para este ano (2005), o país necessita de 39 mil e 382 professores de diversos níveis de ensino, este número destina-se a reforçar os 118 mil professores existentes, metade dos quais sem formação pedagógica.

3.4 Colégios fora da lei

Agora...12/ 05/ 05

O Ministério da Educação reuniu recentemente com os directores dos colégios privados de Luanda com vista a analisar aspectos relacionados com a legalização destas instituições, que têm servido de suporte ao Governo no enquadramento de alunos no sistema de ensino Angolano. De acordo com o ministro da Educação, Burity da Silva, o objectivo da reunião deveu-se ao facto de a cada ano que passa estar-se a registar um aumento significativo de colégios, sem que haja um acompanhamento na regularização e legalização dos mesmos. É que dos 240 colégios privados que o Ministério da Educação controla em Luanda, apenas 30 estão legalizados.

“É papel do ministério disciplinar e tomar medidas para que não se comece um sistema de comercialização no nosso sector”, disse o titular da pasta da Educação. Entre as irregularidades dos colégios privados que albergam o ensino de base, pré-universitário, ensino médio técnico e normal, consta o facto de apenas pouco mais de dez por cento destes possuírem alvarás que os autorizem a tal prática. Segundo Judith Seabra, directora do gabinete jurídico do Ministério da Educação, para além de muitos colégios funcionarem sem alvará, o termómetro de irregularidades pode ser medido através das publicidades enganadoras que passam todos os dias nos órgãos de comunicação social. Dos spot's publicitários radiofónicos, o que mais chama a atenção dos inspectores de fiscalização do Ministério da Educação e dos encarregados da educação que querem ver os seus filhos a estudarem nos melhores colégios é o do Centro Escolar Bola de Neve. O anúncio emitido pelos emissores da Rádio Nacional de Angola (RNA) sobre esta instituição reza o seguinte “O mais antigo ensino privado de Luanda. Sem nenhuma reprovação da pré-primária à 11 “classe desde 1968. Turmas de apenas 10 alunos com professores experientes e por isso alunos inteligentes fazem duas classes num só ano lectivo. Em 2001 foram

18 alunos. Transporte privado”.

Segundo os ouvintes daquela estação radiofónica, o mais caricato no anúncio publicitário é que, aí, durante um ano lectivo, os alunos podem fazer duas classes, ao contrário do ensino regular público e dos demais colégios. Por esse facto, alguns proprietários e directores de outros colégios privados questionam o nível de ensino praticado no Bola de Neve e acusam-no de estar a fazer concorrência desleal.

“Que escola é essa onde todos os anos os alunos só aprovam de classe ou onde não há nenhum registo de reprovação?”, questionou-se um professor do colégio Milongo.

Sebastião Pessoa, director e proprietário do Centro Escolar Bola de Neve - faz questão de dizer que não é um colégio, porque não tem campos desportivos, salas de música e refeitório (para ele só é considerado colégio quem reúne tais condições) - responde que nunca teve nenhum reprovado, porque a sua escola é “apontada para os alunos sobredotados e superdotados. Temos a particularidade de os nossos professores serem doutorados e magistrados”, disse.

Quanto ao facto de leccionar duas classes num mesmo ano, ele disse, que isto não constitui novidade para ninguém, porque no tempo colonial já se fazia o mesmo.

“Simplesmente eu faço duas classes num ano só, porque as nossas turmas não absorvem mais de dez alunos e cada professor dá uma assistência individual a cada aluno. Além disso, a suspensão de uma -semana ou castigos que outras escolas dão aos alunos aqui não o fazemos. Em vez de suspendermos, aumentamos os dias de aulas. Isto é, aos sábados o aluno tem de ter aulas”.

Apesar de os alunos fazerem duas classes no mesmo ano lectivo, Pessoa diz que ás seus educandos estão em condições de concorrer em pé de igualdade com qualquer outro do mesmo nível, seja do ensino público ou privado. Ao contrário dos questionamentos que se fazem em Luanda sobre o Bola de Neve, Pessoa diz que a sua escola está a ser considerada pelos portugueses como a melhor entre os PALOP”

No leque de publicidades enganadoras, o Ministério da Educação destaca alguns colégios que dizem ensinar cursos médios de direito, cursos de perfuração e produção de petróleo. Há ainda, também, aqueles que dizem que leccionam inglês no primeiro nível, isto na primeira classe. Segundo um ofício daquele ministério, os colégios privados estão apenas autorizados a leccionarem os cursos pré-universitários, ciências sociais e exactas, de informática, construção civil e contabilidade e gestão, os restantes são de mera alçada do Governo, como por exemplo o de jornalismo. O único colégio privado que está autorizado a leccionar o curso de Petróleos é o Cruz Linda.

3.5 Estudantes universitários do Huambo impossibilitados de ter aulas

Jornal de Angola...14/ 02/ 05

Mais de seiscentos estudantes do Núcleo da Faculdade de Economia no Huambo estão impossibilitados de assistir as aulas desde Novembro do ano passado, por alegada falta de pagamento das rendas mensais do edifício onde funciona a referida instituição. O edifício onde funciona o Núcleo da Faculdade de Economia, da Universidade Agostinho Neto, no Huambo, é propriedade da Congregação do Espírito Santo, ligada a Igreja Católica.

O estabelecimento de ensino está encerrado desde 20 de Dezembro último com cadeados, retendo assim todo o material administrativo do estabelecimento de ensino. A propósito, o coordenador do Centro Universitário do Huambo, Miranda Lopes Miguel, disse à Angop que a dívida contraída pelo Núcleo da Faculdade de Economia, durante o ano de 2004, foi de 12 mil dólares norte americanos, tendo sido paga na primeira semana de Janeiro de 2005.

No entanto, no mesmo edifício funciona igualmente o Instituto Médio de Saúde do Huambo, tendo este contraído junto do proprietário do estabelecimento, uma dívida de 10 mil e 700 dólares norte-americanos.

Para o responsável do Centro Universitário do Huambo “se o Instituto Médio de Saúde (IMS) não liquidou a sua dívida, o Núcleo da Faculdade de Economia não pode ser prejudicado”.

Entretanto, Júlio da Costa, estudante do referido núcleo, mostrou-se indignado com a atitude do proprietário do edifício, para quem “se o que estava em jogo era o dinheiro, já pago, não há motivos da instituição continuar encerrada, porque está a prejudicar o bom andamento do ano lectivo.

4 SERVIÇOS BASICOS

4.1 Água quer aumentar nível de consumo

Jornal de Angola...13/ 02/ 05

A quantidade de água que se consome no Namibe é suficiente, mas a direcção provincial de Águas quer ver aumentado o actual nível de consumo - 10 milhões de litros por dia, se se tiver em conta a expansão da cidade, a contínua explosão demográfica e o surgimento de novas urbanizações nos últimos tempos, à semelhança do bairro “5 de Abril”. De acordo com Arlindo Tavares, uma população estimada em mais de 250 mil almas, seria totalmente abastecida com uma nova captação, com uma capacidade ideal na ordem de 200 m³, que asseguraria 20 por cento do consumo. Arlindo Tavares reafirmou que existe no Namibe potencialidades suficientes em água (tanto subterrânea como de superfície) para o desenvolvimento social e económico.

O investimento do governo para o abastecimento de água e aplicação global do esquema de saneamento básico culminou com a construção de um laboratório provincial de água, que deverá entrar em funcionamento brevemente. O empreendimento, já equipado, faltando-lhe para o arranque alguns pormenores técnicos, orçou em mais de 270 mil dólares, inteiramente suportados pelo executivo local, e vai permitir que a população consuma água química e bacteriologicamente pura. Acrescentou que o fornecimento de água ao domicílio se situa entre os 80 litros por dia por cada habitante, enquanto que a população das zonas suburbanas, na sua maioria abastecida por fontenários, está com um consumo entre 30 e 50 litros por cada habitante. De acordo com aquele responsável, a manutenção do sistema de abastecimento de água, em particular as estações de bombagem e tratamento e a rede de distribuição, melhorou substancialmente com a intervenção do governo da província. Porém, em determinados casos, a falta de materiais no mercado local tem dificultado o trabalho da direcção provincial de Águas. Com uma população estimada em 255 mil

habitantes, a província do Namibe é tributada pela bacia hidrográfica do rio Cunene, cursos de água não permanente (dos rios Bero, Inamangando, Giraul, Bentiaba e Curoca), e lagoas de carácter temporário (Curoca e vale do rio Inamangando). Embora haja ainda outras linhas de água, são estes os principais veículos para o fornecimento do precioso líquido à rede doméstica e industrial sem quaisquer problemas.

4.2 Águas ameaçam engolir casas no Rangel

Angolense...19/ 02 /05

A imagem é de uma zona “arrasada” pelo esquecimento. Falta quase tudo, desde água potável, esgotos, a ausência de escolas e hospitais, só não faltam ruas intransitáveis, devido aos buracos. Já foi um bairro que invejava a todos, hoje, está abandonado à sua sorte. As linhas que se seguem retratam o Rangel, um bairro que espelha a situação em que se encontra a cidade

Do vasto universo de moradores, muitos procuram livrar-se dos problemas fixando residência noutros pontos da cidade, devido, principalmente, a um fenómeno denominado “água salobra” que afecta o interior das casas. “A água é salgada, cria problemas as paredes de casa”, disse Pedro António, antigo morador, para quem o fenómeno representa o maior perigo. A situação afecta as ruas. da dona Amália, Vaidade, Pernambuco e toda zona circundante ao mercado do Rangel. Face a isto, o receio dos moradores é de que muitas casas correm o risco de desaparecerem, o que poderá deixar centenas de famílias desabrigadas.

Algumas famílias não conseguiram suportar a situação, pelo que decidiram trocar o antigo bairro por outro nos finais do mês de Outubro do ano passado. Foi o que aconteceu com Janeiro; um ancião que reuniu o seu clã e rumou para outras paragens. A acção da água salobra é desagradável na medida em que, nas residências, as camas têm de estar sob pedras; ao passo que quando se desentope uma fossa o buraco volta a encher no dia seguinte. “É degradante”, desabafou Francisco Jorge. O problema não se esgota por aí. O último trabalho de pavimentação das vias de acesso ao Rangel não teve em conta o sistema de esgotos, um mal que concorre para a poluição do meio ambiente, de acordo com os munícipes “Há muito que o sistema de esgotos não funciona, tudo ficou danificado”, assegurou José Francisco (Zeca) que vê com algum desconforto o retrocesso do bairro que o viu nascer. As vias de acesso estão em estado caótico, algumas até intransitáveis para pedestres. As ruas são um verdadeiro lamaçal. Nesse particular, só as viaturas com tracção a quatro rodas

podem circular normalmente. Para além das águas paradas que dificultam o acesso, na rua dos “Balneários” a circulação requer maior cuidado devido a onda de assaltos. Os roubos são atribuídos a grupos de jovens que têm como alvo preferencial telemóveis, fios de ouro e carteiras. “Os jovens retiram os bens aos populares, os que mostram resistência normalmente são agredidos”, referiu um protector de uma loja. Neste rol de problemas, ressalta também o amontoado de lixo em todas as vias do bairro, como é o caso da estrada da Brigada, onde os resíduos sólidos ameaçam engolir o asfalto; “O lixo não é retirado, o pouco que é feito em relação a isso são acções espontâneas organizadas por jovens “ contou José Gaspar da Costa. É assim que aos poucos vão aumentando as iniciativas populares tendentes a mudar o quadro, efectuando campanhas de limpeza. “São pessoas que vivem cá há muito tempo e na qualidade de antigos moradores fazem de tudo um pouco para., dar uma outra imagem a zona”, frisou, Helena David. Numa iniciativa considerada de “guerra aberta contra os mosquitos”, resultantes das águas paradas nas, ruas, sobre tudo nesta época chuvosa os .municípios fazem desinfecção através de petróleo, para este fim, os moradores sem medir os custos que acompanham acarreta, deitam o petróleo nos charcos. Apesar de onerosa, a campanha está a surtir os efeitos desejados, pois neste momento quase que não se fala dos insectos, segundo Adolfo André, um dos impulsionadores da ideia. Segundo ele, o petróleo adquirido numa bomba de combustível através de uma contribuição simbólica por parte dos moradores. Mas do que acabar com os mosquitos, a ideia surge também com o fito de combater o mau cheiro provocado pelas águas.

Sem água potável

E como se não bastassem os problemas com o saneamento básico, a falta de água potável tem tirado o .sono aos populares. Em causa está a gritante falta de água que, há mais de cinco anos, deixou de jorrar. Para se obter o precioso líquido, os habitantes do Rangel têm de percorrer longas distâncias para adquirirem a água. A solução é obter á mesma através dos fontanários, note-se, surgidos no reinado de Justino Fernandes. Quem também está descontente com a situação é Helena David que deixou de ter o privilégio de tomar banho com água corrente. Viu tudo a degradar-se em 1990, altura em que segundo suas palavras, o precioso líquido deixou de jorrar nas torneiras, para além de uma gama de serviços básicos(...)

“Estamos fartos de falar, ninguém dá ouvido aos mais velhos, dizem-nos que estamos ultrapassados. Já falamos tudo”, lamuriou anda a anciã, com os nervosa flor da pele. A nostalgia tomou conta dos moradores

do “bairro. “Vivo aqui desde 1956; este foi um bairro em que não faltava nada, agora, até sítios para passagem não existem”, lamentou Alberto.

4.3 Lixo Chegou até às águas da Samba

A Capital...26/02/05

É Quase uma heresia falar da Samba sem se tocar no nome da já afamada «praia da Mabunda», tão somente um marco de referência por se tratar de um concorrido mercado de comercialização de peixe, sobretudo aos fins-de-semana.

Mas a Mabunda não é só vista por esse lado bom.

O que se vê actualmente é um verdadeiro atentado para namoradores das cercanias, para os pescadores, comerciantes e para clientes que procuram o local. O lixo, ao que se diz proveniente do bairro Rocha Pinto, assenhorou-se do local e não se vislunbra uma intervenção urgente para acabar com o mesmo.

Os moradores do bairro da Congeral e da Camuxiba dizem-se bastante afectados com a situação, repercutindo-se num considerável, número de doenças e cheiro desagradável, segundo desabafou Dino Portes, 33 anos. E diante disso, os pescadores são vistos muitas vezes a expor e a comercializar os pescadores são vistos muitas vezes a expor e a comercializar o pescado por cima do lixo.

«Quem não tem cão caça com gato», ironizou um homem do mar, para quem o que vale» despachar o peixe» para garantir a sobrevivência. É a lei da vida que rege naquele lugar agitado pela presença humana e pela grande concentração de lixo e seus agentes perniciosos. Segundo o secretário Geral da associação dos pescadores semi-industriais de Luanda, Armindo Lopes, trata-se de um mercado donde provém uma parte leonina do pescado consumido em Luanda e alcance de todos os bolsos. «Neste momento, em matéria de pesca semi-industrial e artesanal, o porto da samba é o que tem o maior número de embarcação e com maior captura(..)

«Primeiro está o lado legislativo, que visa todo um processo de protecção das espécies marinhas e seus ecossistemas e, por outro lado, o da fiscalização da actividade marítima para pôr termo ás práticas de pescas ilegais». O ambientalista admite ainda ser fundamental «que se sextuple a quantidade de contentores e melhor o trabalho de recolha nas zonas onde não existam, como foram de se colocar fim a este tipo de lixeiras na orla marítima e nas ruelas da cidade

capital».

5 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

5.1 SOS Habitat trava general anónimo

Angolense...05/ 02/05

O suposto general das Forças Armadas Angolanas que tem tentado esbulhar as terras de uma humilde família no Cabo Lombo, ao Benfica, município da Samba, conforme noticiámos na nossa última edição, foi impedido sábado último de dar a machadada final, quando pretendia expulsar em definitivo a senhora Beatriz dos Santos e seus descendentes, bem como instalar equipamentos e materiais para dar início à construção (veio já com um empreiteiro e tudo) que projectou em coisa alheia.

Segundo reveláramos, a família, embora desalojada a 7 de Janeiro, continuava disposta a defender as suas terras a todo o custo, pelo que decidira instalar-se no terreno de um vizinho, para acompanhar as movimentações à volta do rincão. Beatriz dos Santos e sua família estavam a viver numa «tenda» de luandos e chapas de zinco, em condições muito precárias, que já resultaram na hospitalização de sua nora e dois netos de muito tenra idade, mas resolveram regressar ao seu espaço e ao seu casebre (já partido, lembrem-se) desde a semana passada e aí resistirem ao máximo aos atentados contra a sua propriedade.

O potencial esbulhador, que se quer apossar das terras de Beatriz dos Santos com apoio de alguns funcionários da administração municipal da Samba habituados a estas trapaças, foi travado graças a uma concentração de populares mobilizados de outros bairros onde se têm registado acções do género, sob responsabilidade da SOS Habitat, uma organização não-governamental que se bate pelo respeito dos direitos humanos de cidadãos desfavorecidos no capítulo da habitação.

Boa polícia

«Ele não esperava por uma coisa destas e ficou bastante surpreendido. Chamou a polícia e ficou ainda mais surpreendido com o posicionamento dos agentes,

quando estes decidiram que quem tinha de sair de lá era o suposto general e não a senhora e a sua família», revelou a este jornal o chefe da SOS Habitat, o conhecido activista cívico Luís Araújo, que não se cansava de elogiar a postura dos homens da ordem pública naquele caso particular.

Luís Araújo aproveitou a conversa com o jornalista para fazer um esclarecimento sobre a legalidade da posse do terreno de Beatriz dos Santos (um espaço de 40 por 50 metros que detém desde 1979), ao revelar que, afinal, a senhora já requerer a legalização às autoridades há cerca de dez anos e que estas não emitiram qualquer parecer ao fim de noventa dias, o que é tido então por «deferimento tácito». Ou seja, ao não responderem ao requerimento ao cabo desse prazo, as autoridades afins estavam a legalizar a sua posse a favor da requerente, nos termos do artigo 57 do decreto-lei 16/95 de 15 de Dezembro, pelo que não se sabia onde o suposto general das FAA fora buscar respaldo legal para sustentar-se como proprietário do espaço.

Em tom irónico, Luís Araújo revelou ainda que, embora o seu nome continue no segredo dos deuses, o suposto oficial superior já foi identificado parcialmente, ao ser fotografado por um dos seus colaboradores. «Ele veio na mesma viatura que trouxera da primeira vez (uma hyundai elantra com a matrícula FAA-86-33 e não FAA-8323, como dissemos antes) e conseguimos fotografá-lo. Mas, ainda não conseguimos apurar como se chama», sublinhou.

Uma outra fonte da SOS Habitat, que tem estado a acompanhar a situação no terreno disse que desde sábado que o alegado general não voltou a aparecer. Supõe, porém, que ele esteja a arregimentar mais forças para voltar à carga sobre a pobre cidadã e sua família. «Mas, o que ele devia fazer mesmo era pedir o seu dinheiro de volta aos homens da administração municipal com quem fez a negociata do terreno da senhora», aconselhou.

Se houvesse justiça séria neste país, o suposto general por essa sua acção decididamente ilegal contra Beatriz dos Santos, poderia ser condenado a uma pena de 3 dias a 2 anos de prisão, nos termos do artigo 445.º do Código Penal.

5.2 Um projecto para Urbanizar o Bairro e dar Qualidade de vida ao Cidadão

Semanário Angolense...19/ 02/ 05

Diante da necessidade de se resolver alguns problemas que a cidade de Luanda enfrenta, o Governo da Província de Luanda criou um Gabinete de Apoio

Técnico (GAT) para elaborar o projecto de requalificação e reordenamento do Bairro Operário e do Sambizanga. A primeira vez que acontece entre na criação de um GAT. Outros países e outras câmaras já adoptaram há muito este sistema e com sucesso. Isto porque, em regra, as câmaras nunca têm disponível os especialistas para a resolução dos programas urbanos. Então, adopta-se sempre este sistema. O GAT está dividido em quatro grupos: um de Infra-estruturas, um historico-social, um juridico-economico e, por fim, um grupo de arquitectura, urbanismo e desenho urbano. Todos estes grupos integram especialistas diferenciados, desde engenheiros hidráulicos e electrotécnicos a sociólogos, historiadores, arquitectos, urbanistas, economistas e juristas. Enfim, pela primeira vez, uma plêiade de especialistas de grande gabarito. Aliás, a nível das Infra-estruturas, estão homens que conhecem perfeitamente os cantos à casa, casos concretos do engenheiro Resende Oliveira, esse mesmo que foi ministro da Construção no Governo de Transição em 1974/75. Entre os da área social, destacam-se os nomes do economista José Cerqueira e do escritor Artur Pestana «Pepetela», que como se sabe é sociólogo. Mas quem explica o «A a Z do projecto é Francisco José, ele também um velho morador do «80», um arquitecto especialista em desenho urbano e paisagismo a quem foi incumbida a tarefa de chefiar o GAT.

Semanário Angolense (SA)

Sr. arquitecto, este projecto urbanístico não é para ser jogado ao tambor do lixo. Tem, obviamente, mais-valias. Quais, concretamente?

Francisco José (FJ) - A nossa equipa fez o diagnóstico da situação e constatamos determinados pontos fracos e alguns constrangimentos a nível do bairro como, por exemplo, uma acentuada degradação da qualidade de vida humana devido à precariedade das edificações, sobrepovoamento e mau uso do solo urbano, actualmente ocupado sem os requisitos mínimos de vida urbana. A situação social das populações está bastante debilitada devido às más condições actuais de habitabilidade existente, ausência de infra-estruturas de saneamento básico, originando preocupantes problemas de saúde pública. E em meio a tudo isso há a degradação demográfica. Em face destas constatações o grupo pretende, através do projecto, agir em ordem a salvaguardar a identidade do bairro num contexto de requalificação e renovação do espaço urbano; contribuir também para a modernização da estrutura urbana do bairro em particular e de Luanda em geral, uma vez que se trata de um bairro estruturante da cidade de Luanda. Enfim, pretendesse melhorar a qualidade de vida urbana do bairro e, conseqüentemente, também de Luanda, aumentando a oferta de habitação para os vários estratos sociais bem como para o desenvolvi-

mento de algumas actividades económicas, visando constituir um suporte à dimensão dos actores locais.

O projecto?

FJ - Está numa fase mediana, porque o espírito do grupo é que este seja um projecto da comunidade. Pela primeira vez se está a fazer um projecto em que se exige a participação e o contributo da comunidade. Por isso é que ele foi apresentado para que a pessoas criticassem e dessem as suas contribuições. Mais a mais por se tratar de um bairro histórico, como é o Bairro Operário. Muitos dos seus habitantes tiveram um papel relevante na cultura, na arte, na música e na própria luta de libertação. Nós pensamos que este bairro joga um papel muito importante na cidade de Luanda, daí que a sua requalificação e reordenamento não poderia nem deveria ser aceite sem se ter em conta todos estes aspectos que no fundo marcam a história, a memória e a mística do bairro que terão de ser efectivamente preservados através de elementos apropriados, que permitam que as gerações vindouras se possam lembrar deste bairro.

SA- Não é um projecto inteiramente publico?

FJ - Há uma preocupação do Estado em requalificar, preservar e reorganizar determinadas zonas deste bairro. O Estado manifestou esta preocupação. Agora, a sua materialização é um projecto que o Estado está a sustentar, mas hoje em dia isso também passa pelo estabelecimento de parcerias público-privadas, sendo contudo evidente que o Estado tem uma participação activa e decisiva em relação às infra-estruturas de saneamento básico, etc. Mas há também um papel da sociedade, o papel da comunicação social, dos médicos e escritores, e de algumas entidades privadas. Portanto, o Estado procura empreendedores e promotores empresariais privados para, em parceria, elevar o nível do projecto no sentido da sua liberalização e avançar para a comodidade, mas em princípio o projecto é um produto do Estado.(...)

SA - Não há empresários de renome que já tenham manifestado interesse em intervir nessa componente do projecto?

FJ - Neste momento não há um grupo específico que se possa apontar x, y ou z. O projecto vai ser apresentado à sociedade e quando isso acontecer, por exemplo, o Nuno, o António ou o Joaquim, cidadãos que tenham uma determinada área no bairro, podem também aparecer, quer simplesmente para melhorar a sua habitação, quer para fazer um negócio. A óptica empresarial do projecto não é apenas para as grandes individualidades.

SA - Do primeiro contacto com os moradores do «BO» não resultaram contribuições que possam ser incorporadas ao projecto?

FJ - Sim, claro. Por exemplo, nós já estamos a diminuir as obras de alta renda. Os espaços que estão a ser

libertos são espaços em que vamos meter mais habitação de custos controlados. Depois temos um eixo flexível em relação aos edifícios de 4 pisos. Já pensamos que alguns podem ser de 4 pisos e outros de 8. Mas isso vai depender dos resultados do inquérito que se vai fazer para ver quem vai ficar nos edifícios de 4 pisos e quem ficará nos de 8, porque estes últimos terão elevadores. É necessário esclarecer que estes edifícios, apesar de se destinarem em princípio às populações do bairro, haverá oferta de habitação para outras pessoas de fora que também poderão ser inseridas no bairro.

SA - Porquê o Bairro Operário e o Sambizanga? Não sendo um caso de inversão de prioridades, não há aqui uma excessiva polarização?

FJ - Não é porquê primeiro o «BO» e o Sambizanga... Já existem grupos de requalificação para outras zonas, como o Catambor e o Prenda. As zonas do Sambizanga e do Bairro Operário apanham também a Boavista. Há muita gente a trabalhar neste grande universo. Se calhar, pelo facto do projecto do «BO» e do Sambizanga estarem mais adiantados, isso pode levar as pessoas a pensarem que se está a privilegiar estes bairros, mas há muitos mais grupos por aí a trabalhar na requalificação urbana de Luanda, sobretudo na zona baixa da cidade. Portanto, não há nenhuma atitude discriminatória destes dois bairros em relação aos outros, por um lado. Por outro lado, coincidentemente também se calhar, foram os primeiros dois bairros que, durante a era colonial, apareceram naquela frente urbanizada que visava «empurrar» as pessoas com menos recursos financeiros. Em relação à própria história da luta de libertação, sem desprimor para os outros bairros, muitas das figuras que integraram a luta passaram pelo Bairro Operário, começando pela música de intervenção e protesto cantada, por exemplo, pelo Ngola Ritmos. Pelo Bairro Operário passaram Agostinho Neto e muita gente como Viriato da Cruz. Enfim, estes aspectos também influenciam.

SA - Em todo o caso, não se corre o risco de descaracterizar o bairro?

FJ - Não. Porque, por exemplo, em relação ao Bairro Operário não se mexeu muito na estruturação viária. Ela apenas foi corrigida e afunilada porque sabe-se que o «BO» é uma trama reticulada. Assim, a primeira intervenção vai ser na rede viária, nos arruamentos porque não se poderia deixar o «BO» com aqueles cruzamentos todos, no fundo propensos a uma série de colisões de veículos. Portanto, foi necessário reformular esta rede viária com realce para algumas rotundas e algumas travessas para que, efectivamente, o trânsito funcionasse não só com fluidez mas também com uma certa tranquilidade para os habitantes do bairro. Vamos criar espaços que urbanizam de facto o

bairro. Em relação às memórias, por exemplo, foi projectado um parque público para o bairro, que nunca teve um. Neste momento está projectado um parque-jardim em que há um espaço reservado a estátuas de várias pessoas ilustres do bairro. Há travessas que levarão referências dos aspectos históricos e místicos do bairro. O Carneiros & Irmãos permanecerá como o conhecemos. São estruturas que ficam porque marcam a história do bairro. A rua de São Tomé, uma das mais emblemáticas do bairro, pela qual os moradores conduzem os seus mortos ao Cemitério do Alto das Cruzes, também continua. Vai ser a largada, e na intercepção com o prolongamento da Alameda Manuel Van-Dúnm, está-se a pensar num cruzamento desnivelado para maior fluidez do trânsito. Depois, há as vias de desaceleração para a entrada no bairro. Neste momento, as pessoas para entrarem no bairro não só têm os problemas de degradação das vias, como também dos acessos. Assim, as vias de desaceleração ao longo da Alameda Manuel Van-Dúnm permitirão maior fluidez do trânsito.

5.3 A Revolução dos subúrbios

Semanário Angolense...19/ 02/ 05

Ver o oceano Atlântico do alto de arranha-céus postados ao longo do trecho que vai do entroncamento da rua Ndunduma com a Senado da Câmara até ao Roque Santeiro já não será uma cena de ficção dentro de alguns anos, a concretizar-se um projecto que visa a requalificação urbana de dois dos mais emblemáticos aglomerados de Luanda, nomeadamente o Bairro Operário e o Sambizanga.

Ideia bruta há coisa de uns anitos, o projecto começa agora a ganhar forma às mãos de um grupo de técnicos e especialistas angolanos a quem o Governo Provincial de Luanda encarregou de levar adiante este programa, elaborando estudos e projectos que, de acordo com as expectativas mais optimistas, deverão engendrar o que se pode considerar uma «revolução» urbanística na capital Angolana com efeitos multiplicadores benignos nas suas cercanias. Trata-se de um programa inteiramente público que, segundo os seus promotores, visa objectivos de natureza eminentemente social. Pela primeira vez, também, estamos em presença de um projecto cuja materialização envolve directamente às comunidades que têm uma palavra na sua elaboração. Esse autêntico «exercício de cidadania», como faz questão de sublinhar Francisco José, um arquitecto que lidera o Grupo Técnico de Apoio ao Governo da Província de Luanda nesse programa, foi já ensaiado no Bairro Operário, a 29 de Janeiro, altura em que o projecto foi apresentado aos seus moradores. Do ponto de vista estético e arquitectónico, o que eles vi-

ram não lhes desagradou, maugrado terem achado que este ou aquele pormenor precisa de ajustamentos. E se há alguma preocupação, é sobretudo quanto ao destino dos moradores nativos. Quem permanece no futuro «BO», mas sobretudo como fica a questão muito melindrosa das indemnizações, numa altura em que paira a síndrome da Boavista, por sinal, ali bem pertinente. O Semanário Angolense teve acesso ao projecto que vai alterar radicalmente o bairro de Agostinho Neto, Rábidas, alga Baltazar, Justino Fernandes, do Bangú, etc. e deixa aqui um cheirinho dos seus traços genéricos. Foram identificadas as quatro vias estruturantes que no fundo formam o perímetro do Bairro Operário, a saber: a Alameda Manuel VanDúrem, as ruas das FAPLA, Cónego Manuel das Neves e Comandante Bula. É uma autêntica revolução urbanística que aí vem. Mais do que isso, inteiramente concebida por técnicos angolanos.

A Alameda Manuel VanDúrem será prolongada, avançando pelo «BO» adentro até desembocar na antiga Suíça, defronte ao Miramar. No fundo, retoma-se aqui um plano existente na era colonial, só que os técnicos angolanos resolveram introduzir-lhe inovações muito significativas. Além do separador central ajardinado, a nova Alameda terá duas grandes faixas de rodagem, dispondo cada uma delas de três corredores de trânsito. Haverá, ainda, um calçadão e ramais de aceleração e desaceleração. Para não se descaracterizar a configuração original do bairro, muitos dos seus símbolos históricos e culturais serão preservados, sem prejuízo para inovações e ajustes decorrentes da modernidade. Assim, por exemplo, no lugar do Centro Cultural Agostinho Neto surgirá algo mais consentâneo com a dimensão do seu patrono, fundador da nação angolana: um Fórum Cultural que deverá ser mais multifacetado e multidisciplinar. A Magestic, uma das imagens mais emblemáticas da zona, também será preservada. Melhor será ressuscitada na imagem de um moderno centro comercial a ser erguido não exactamente no local da Magestic original, que é hoje uma propriedade da UNITA. Mas ficará perto, entre a Vouzelense (que manter-se-á intacta), o antigo Bar América, a Foto Beleza e a Magestic propriamente dita(...)

O campo de futebol Deolinda Rodrigues, nas imediações do Roviana, também será conservado. Só que será afastado um bocadinho para o lado a fim de deixar passar a Alameda Manuel Van-Dúnem. O futuro campo será, no fundo, um centro polidesportivo, logo com características mais funcionais e utilitárias. Quanto às zonas habitacionais propriamente ditas, estão previstos três grupos de aglomerados: um para habitações de alta renda, outro de média renda e, por último, de custos baixos. Serão dezasseis torres, mas a ideia é que estes não ultrapassem os quatro andares. Além dos

condomínios de construção vertical, haverá residências unifamiliares de alta e média rendas.

Não estão descurados outros equipamentos sociais. A ideia é aumentar o número de estabelecimentos escolares, creches e centros clínicos. Prevendo a circulação de autocarros públicos no interior do bairro, as ruas vão dispor de modernas e acolhedoras paragens. Aliás, em relação a transportes públicos a ideia é erguer naquela zona ao pé do Cine São Paulo, que hoje é uma autêntica bagunça, um moderno terminal de autocarros, tudo porque ali está a área de confluência do Sambizanga / Cazenga, Marçal / Rangel e São Paulo / Bairro Operário.

5.4 Ex-Moradores da Boavista vendem casas no Zangu

Agora...26/ 02/ 05

Alerta foi feito por uma fonte do gabinete jurídico do Governo da Província de Luanda (GPL). Segundo ele, todas as pessoas que estão a comprar casas no campo dos realojados da Boavista, no Zangu-Calumbo, poderão ser desalojados e consecutivamente perder o dinheiro, assim que se notar que houve trespasse de chaves.

“A venda de casas no Zangu é ilegal, porque eles ainda não têm os títulos de propriedade que ateste que eles são donos daquelas casas”, disse ao AGORA a fonte. A denúncia foi feita pelo Governador da província de Luanda, Job Capapinha, que depois de uma visita àquele centro, constatou que algumas pessoas que lá estão a viver não pertencem ao grupo dos desterrados da Boavista, que foram retirados do morro com o mesmo nome, devido aos riscos de vida que corriam sempre que chovesse. É que, na sequência dos aluimentos de terras durante as épocas chuvosas, muita gente perdeu a vida. “Um dos principais indícios da minha afinação é o facto de vermos nos quintais ou em frente às casas viaturas de luxo de último grito. Pelo que sabemos, grande parte dos ex-moradores da Boavista não tinham posses para usarem carros de último grito”, disse o governador. Segundo o AGORA apurou naquele centro, as casas estão a ser comercializadas ao preço de entre três mil e cinco mil dólares. Alguns dos vendedores que falaram à nossa reportagem, alegam que o bairro Zangu-Calumbo está muito distante do centro da cidade, o que contribui para que muitos cheguem atrasados aos seus locais de trabalho. “Aqui, a vida é muito morta. Além disso, para chegamos ao trabalho ou à escola temos de apanhar muitos táxis, o que faz com que cheguemos sempre atrasados”, disse L. Jamba. Outra senhora entrevistada pelo AGORA, questionada sobre as razões que lhe

levam a vender a casa respondeu-nos: “casa é minha e faço dela o que bem quiser”.

De acordo com a fonte do gabinete jurídico do GPL, as coisas não são bem assim como pensam os moradores. Segundo ele, os moradores do campo Zangu-Calumbo só poderão vender as casas quando tiverem os títulos de propriedade que ateste que são das casas, enquanto isso, as casas são património do estado. “Do ponto de vista jurídico, as casas fazem parte do património imobiliário do estado, porque eles não têm a titularidade das residências. Enquanto isso, os que comprarem correm o risco de serem expropriados na devida altura”, explicou. Questionado se têm algum documento que ateste que são titulares das casas, os nossos entrevistados disseram, que apenas têm garantia verbal.”Eles falaram-nos que a partir do momento em que recebemos as chaves, as casas passaram a ser nossas. Eu ainda não tenho nenhum documento da casa, mas sei que alguns têm títulos de propriedade provisória”, disse L. Jamba. Por sua vez, José Rasgadinho, coordenador da comissão dos moradores da Boavista, não confirmou nem desmentiu a informação de que alguns dos seus companheiros estejam a vender as casas do Zangu. “Não confirmo, mas também não duvido”, disse, acrescentando que a única informação que tem é que, no acto da transferência dos moradores da Boavista para o Zangu-Calumbo, alguns funcionários do Ministério da Reinserção Social “incluíram cerca de cem pessoas que nunca viveram naquele morro”.

“Talvez sejam estes que agora estão a exhibir os seus carros”, ripostou. Quanto ao facto de os seus companheiros, depois de venderem as suas casas no Zangu, regressarem à Boavista, José Rasgadinho foi peremptório em desmentir tal afirmação.

“Não acredito nessa informação, porque nós temos o controlo total das pessoas que foram realojadas e as que faltam ser realojadas. Se isso fosse verdade, mais do que o governador falar teria tomado alguma posição”, expressou José Rasgadinho, que nos últimos tempos tem sido a acusado de estar a trabalhar para o regime.

“Ele foi comprado, por isso é que nunca mais falou. Sabemos que ele agora está a trabalhar para o GPL”, acusou um morador. Quanto a essa especulação, José Rasgadinho disse que não faz sentido as pessoas pensarem isso dele, porque o seu orgulho de defensor dos mais fracos não tem preço.

“As pessoas estavam habituadas a verem o Rasgadinho a toda a hora na imprensa a reclamar os direitos dos moradores, mas isso, hoje, não acontece, porque as coisas estão a correr bem. Hoje, o GPL não faz nada

sem nos consultar. Penso que, se as coisas estão a correr mais ou menos bem, não posso aparecer na rádio a falar só por falar”, justificou-se, acrescentando que por defender tal causa já sofreu prisões, raptos e resistiu.

“Não seria agora que venderia a minha consciência”, disse bastante triste com tal especulação.

5.5 Demolições deixam 32 famílias ao relento

Angolense...26/ 02/ 05

Mais de 32 famílias estão ao relento no bairro do Mirrú, na Estalagem, município de Viana, na sequência da demolição de várias casas. O acto foi protagonizado por fiscais e agentes da polícia do referido município, que não se coibiram de espancar populares indefesos e até mulheres grávidas os populares habitam a zona há mais de cinco anos, depois de terem adquirido as parcelas através de um cidadão que detinha a posse dos terrenos. A confusão, segundo os lesados, se instalou após a morte de Luís Pimentel de Almeida, que vendeu os talhões, o que fez com que o seu pai Guilherme Carlos de Almeida passasse a reclamar a titularidade do espaço.

O terreno, com uma área de mais de 150 metros quadrados, havia sido entregue ao finado como recompensa, depois do mesmo ter retirado da cadeia o pai, que na altura enfrentava uma acusação de extraviado dos bens da população na qualidade de ex coordenador de camponeses, referiram as vítimas.

“Ele tem o seu espaço vedado, agora, depois da morte do filho, quer se apoderar do lugar que antes cedeu de consciência livre”, disse Jacinta Joaquim, acrescentando que Guilherme Carlos começou a tratar da documentação que prova que o terreno em litígio é seu, apenas nos finais do ano passado. Apesar das reclamações da outra parte, os moradores da zona garantem que têm toda a documentação que comprova a titularidade do espaço.

“Temos consciência que o falecido, que foi coronel do exercito, não havia de usurpar o terreno do seu pai”, lembrou Kanhanga Agostinho Sampaio, outro dos

lesados. Entretanto, as complicações estendem-se há já alguns anos. Em 2003, pai e filho haviam estado na Administração Municipal de Viana para tentar chegar a um consenso quanto a propriedade do terreno. “A administração alega que em 2003 não haviam aqui casas, mas isso é falso”, acrescentou ainda Felipe Kossongue”, exibindo uma notificação datada de 25 de Agosto do referido ano. Embora as reclamações sejam assinadas pelo punho de Guilherme, um ancião que nesse momento se encontra no Beiral, os populares acreditam que por detrás de toda a tramóia está a mão de uma terceira pessoa. Quando se questiona sobre a identidade do fomentador da contenda, os dedos acusadores apontam para José Carlos Pinho. “O velho está a ser influenciado por esse senhor”, acusam os populares.

Em declarações ao Angolense, Carlos Pinho negou as acusações que lhe são imputadas, sublinhando que as vítimas têm de apresentar queixa à polícia ou ao tribunal. “Não sou culpado, não comprei nenhum terreno”, disse ainda. Com o intuito de ver o problema resolvido, os desabrigados recorreram aos serviços de fiscalização de Viana.

O caso foi analisado e transferido para o gabinete jurídico do mesmo organismo. Segundo os populares, após aturadas discussões os membros acabaram por ganhar razão, pelo que se orientou a sus pensão das obras de vedação no terreno em disputa. Contudo, o presumível interessado pelo espaço, para além de demolir as casas, utilizou o material de construção dos lesados, que estava no local, para a vedação do mesmo, o que as vítimas consideram de abusivo. Para levar a cabo os seus objectivos, o auto-intitulado proprietário dos terrenos contou com a ajuda de elementos da Polícia Nacional, que coordenaram a execução das demolições e ainda se deram ao luxo de agredir crianças, jovens, mulheres e velhos. Mais uma vez, os moradores da zona tentaram buscar a ajuda da administração local. Como em tantas outras vezes foi uma tentativa gorada, uma vez que o administrador local se negou a recebê-los. “Ninguém nos prestou atenção, o administrador privilegiou apenas uma parte, uma vez mais os filhos de pobres camponeses continuam a ser injustiçados”, denunciou Adelaide Jorge. Para espanto de todos, a administração municipal continua a autorizar alguns cidadãos a efectuar a ocupação de terrenos no local em litígio. A declaração a que tivemos acesso, passada em nome de David Gomes Leitão, datada de 27 de Julho do ano passado e assinada pelo próprio administrador é apenas um dos exemplos(...)

Na ocasião, o responsável lamentou que algumas pessoas estão a aproveitar-se “da morte do filho do

velho” para invadirem a zona. Diante da situação, Júlio de Carvalho acredita que só resta aos lesados iniciarem um processo judicial para reivindicarem os seus direitos.

Quando questionado sobre a decisão do responsável do seu gabinete jurídico que deu razão aos lesados e consequentemente ordenou a suspensão das obras de vedação do terreno, Júlio de Carvalho deixou transparecer que se tratou de uma “opinião menos correcta”, pois, no seu entender, “o homem do gabinete jurídico não pode colocar em pé de igualdade o proprietário do terreno e as pessoas que não têm documentos”, frisou.

5.6 Os (velhos) problemas do Cazenga

Angolense...26/ 02 /05

Incómodos como o mau estado das vias secundárias do município, a falta de um sistema de esgotos operacional, assim como o desemprego, foram as preocupações apontadas por vários populares do município do Cazenga. Os mesmos reconhecem que a criminalidade diminuiu, mas alertam que ainda sofrem diariamente devido as acções criminosas dos grupos sedeados no município

O acesso à zona 19do Tala-Hady, no Cazenga, foi difícil. Todos os caminhos estavam inundados de água, devido as últimas chuvas que se abateram sobre a cidade. A princípio, foi preciso equilibrar-se em pedras para avançar, depois, nos locais onde não havia nenhum suporte, sobre a água, a solução foi tirar os sapatos e pisar nas poças de água.

Durante a “travessia”, deparamo-nos com uma Jovem que, embora também quisesse ir para o outro lado, queria evitar ao máximo pisar nas águas paradas. Foi um esforço inglório, alguns instantes mais tarde teve também que tirar os sapatos e pisar na água, que naquele dia estava fria. “Isso está demais!”, lamentou. Só quando conseguiu chegar à porta de sua casa, a jovem voltou a colocar os sapatos. Disse chefiar-se Clementina Gambôa e morar no bairro há vinte anos, o mesmo tempo que tem de vida. “Quando chove o bairro fica podre, a água espalha-se por todo o lado”, voltou a reclamar enquanto limpava os joelhos enlameados. As reclamações de Clementina não foram concluídas porque foram interrompidas por Gelson da Silva, 24 anos. O jovem mostrou-se também agastado com a situação, que qualificou de “vergonhosa”. “Não existe um sistema de escoamento das águas, por isso,

quando chove, o bairro transforma-se nesse rio”, acrescentou. Devido a situação, Gelson lamentou que não tem podido dormir, porque a noite os mosquitos tomam conta da zona. “É. Insuportável”, lamentou. Na óptica do morador, os inúmeros casos de malária, que muitas das vezes terminam em morte, têm sido causados pelas águas, que permitem o desenvolvimento do mosquito transmissor da doença.

Na tentativa de evitar mais dis sabores, os moradores” arregaçaram as mangas” e resolveram combater os mosquitos que por lá proliferam. Uma vez que não possuem insecticidas em larga escala ou qualquer outro método convencional, decidiram usar o combustível dos automóveis. “Despejamos na água, para ver se os mosquitos morrem”, explicou.

AINDA EXISTE MUITO LIXO

A crescer as dificuldades dos moradores há ainda a realçar os focos de lixo, que ainda existem em algumas zonas. Na primeira travessa do Tala-Hady, é visível, para além das águas fétidas e esverdeadas, muito lixo. Todos esses problemas criam um “cocktail” desagradável e mal cheiroso que os moradores dizem já não suportar.

“Isto está mal”, reclamou um jovem, para mais adiante acrescentar que o bairro está uma “autêntica lixeira”. Para o mesmo, que se identificou como Inácio Pimentel, a sujeira no local aumentou devido ao que chamou de “comportamento abusivo” da proprietária de uma bomba de gasolina situada no local. Na base da reclamação do morador está o facto, conforme explicou, da proprietária da aludida bomba de gasolina ter posto na rua um enorme tanque, que serve para o escoamento de dejectos humanos e todo o tipo de águas sujas. “Quando a “fossa improvisada” enche, ela manda despejar tudo para a rua”, denunciou ainda Inácio. A falta de esgotos na rua é outra das preocupações, ao ponto de muitas casas de banho da zona estarem inoperantes. E quando tal falta numa casa, como os seus ocupantes se desdobram para fazer as suas necessidades fisiológicas? “99% por cento das pessoas aqui defecam nas latas”, afirmou peremptório João, outro jovem que há 17 anos reside na zona.

FALTAM VIAS DE ACESSO

Sempre de acordo com os populares da zona, as vias secundárias continuam a tirar o sono a muitos moradores. “Na via principal, que começa na Avenida Hojy-Ya-Henda, passa pela linha férrea e vai até ao “Asa Branca”, os condutores só passam com muitas dificuldades”, lamentou o taxista Júlio. Mesmo com a via principal em mau estado, os moradores não entendem porque as vias secundárias ainda não foram

arranjadas(...)

Uma vez que falta ocupação profissional aos jovens, os mesmos optaram por “investir” num jogo da sorte, criado no bairro. “Já tentei entrar para o Ensino Médio, mas não consegui”, lamentou Carlos Frederico, um jovem de 22 anos, que disse acreditar que “está condenado” a jogar a bola.

5.7 Sambizanga clama por socorro

Agora...26/ 02/ 05

Criminalidade, abundância de lixo e falta de luz e água são os cartões de vista do município onde nasceu o Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

O Governador da província de Luanda, Job Capapinha; segundo foi noticiado, vai substituir alguns administradores municipais, nomeadamente do Cazenga, Mateus da Costa, da Samba; Costa Gabriel, e de Viana Júlio de Carvalho. Outro administrador que, quanto a nós, deve ir para casa é o do Sambizanga, muito contestado pelos munícipes e que desde que está no cargo não se lhe conhece nenhuma obra substancial. Não obstante os rendimentos resultantes das cobranças das taxas aos vendedores do mercado Roque Santeiro o dinheiro de um ano é superior ao orçamento anual de São Tomé e Príncipe um dos maiores de África, irem parar, todinhos, aos cofres da administração municipal, tais verbas não têm beneficiado a municipalidade, já que esta continua com as estradas esburacadas, muito lixo, carente de escolas, hospitais, sem água nem iluminação. Os delinquentes, que actuam à luz do dia ou à noite, matam, roubam, assaltam, violam impunemente e raramente se vê um agente da Polícia a fazer patrulha pelas perigosas artérias do histórico Sambila. A rua 12 de Julho - também conhecida como a rua do Presidente - em Agosto do ano passado, foi alvo de um embuste por parte da associação local Akwa-Sambila - o objectivo foi enganar o Presidente da República, Eduardo dos Santos, fazendo-lhe crer que se estava a arranjar a estrada e fazer outras obras sociais.

Tirou-se o asfalto, colocou-se uma placa que dizia que os trabalhos iniciariam em Agosto e seriam concluídos

em Novembro. Resultado: o prazo expirou, não se moveu uma palha e a referida rua está transformada num depósito de lixo, dejectos e águas pútridas. Desde o ano passado que a administração municipal, a Epal e a Edel se vão responsabilizando mutuamente sobre quem tem culpa no atraso do arranque do arranjo da estrada. De facto o Sambizanga; hoje, parece uma localidade desgovernada, um barco à deriva; onde reina a anarquia; a desordem, o crime, a sujidade, enfim, tudo que é ruim. Necessita que uma lufada de ar puro seja insuflada, para que recupere a dinâmica que sempre o caracterizou. Este município é o único de Luanda que não possui um instituto médio público, pertencendo à Igreja católica o único estabelecimento de ensino deste nível, inaugurado, há três semanas. O Sambilaesta pois, moribundo, clama por socorro. “Este administrador não faz nada”, desabafou ao AGORA um munícipe.

“Gangues” ganham espaço. Naquele mesmo município, as ruas do bairro São Paulo; nomeadamente a Cristiano dos Santos, de Benguela e Ndunduma tomaram-se num cenário análogo ao do filme americano intitulado “Gang’s in New York”, de que o actor principal é o conhecido Leonardo Di Caprio. É que ali, tal como em algumas cenas do filme, é proibido andar depois das 19 horas com o telefone celular no bolso. Segundo os moradores daquela zona, a cada dez metros das referidas ruas existe uma “gangue” pronta para actuar. Eles utilizam armas de fogo como forma de intimidar os inúmeros seguranças que protegem algumas lojas de tais ruas, disse um morador da Rua Cristiano do Santos. Ao contrário da frequência massiva das “gangues” nas ruas, a presença da polícia da Ordem Pública parece uma miragem. É que, apesar de a Polícia ter conhecimento, nada faz para modificar o actual quadro aterrador. Naquele bairro, os moradores disseram que os meliantes têm preferência pelos telemóveis da operadora UniteI. Segundo denunciaram, os grupos que mais fazem frequência naquelas ruas são os originários do Sambizanga e do bairro Operário. “Anteriormente, quem dominava esta área eram os “HDA” e os “Alameda Squard’s”, mas estes estão a perder terreno a favor do grupo “Zé Pequeno”, do “Sambila”, disse uma jovem que já foi vítima de tal “gangue”. Esta é maioritariamente constituída por jovens com idades compreendidas entre os 12 e 20 anos de idade, que não hesitam em disparar sempre que a vítima oferece resistência(...)

Outra situação que também preocupado muito os moradores do São Paulo e todas as pessoas que trabalham naquele bairro é o estado em que se encontra a estrada Comandante Bula, em frente a igreja Católica e ao Colégio São Paulo. A rua está intransitável há mais de dois meses. Os carros evitam

passar naquela estrada, porque a mesma está toda esburacada. Segundo os moradores, a administração do Sambizanga nada faz, porque naquela mesma rua está a rádio Ecclésia.

“Como a Rádio Ecclésia fala a verdade, isto é, os erros do Governo, então eles não querem arranjar a estrada de propósito. O administrador não está a fazer nada, por isso ele tem de deixar o lugar”, disse um jovem que passava pela mesma rua.

6 PAZ E CIDADANIA

6.1 Uma gigantesca marcha em Cabinda

A Capital...12/ 02/ 05

Cinco quilometro pela paz

Para a maioria dos angolanos, a frase «nkia luchenga lipanda» não tem qualquer significado. Porém, não é o que pensaram os milhares de populares que, na tarde do último Domingo, 30, participaram de uma marcha em saudação a mais um aniversário da assinatura do Tratado de Simulambuco.

A marcha foi organizada pela Mpalambanda, uma associação criada para a promoção dos direitos humanos em Cabinda, e nela participaram, segundo os organizadores, pelo menos 100 mil pessoas, ou seja, um terço da população total da província estimada em 300 mil habitantes. Todos eles, em uníssono, expressavam a frase «nkia luchenga lipanda», o que, traduzido do fiote - o dialecto falado naquela região - significa «queremos independência». Ao longo dos cinco quilómetros, pelos quais percorreu a marcha, populares entusiasmados foram articulando essa frase, além de outras que, de igual modo, exaltavam o sentimento independentista. A população, num número de três mil, partiu do cinema Chilungo, mas o número de aderentes da manifestação foi aumentando gradualmente à medida em que ela decorria e perante a passividade da Polícia que, ao invés de reprimir, acompanhou o percurso dos manifestantes.

Almeida Manuel, por exemplo, foi um dos últimos aderentes da marcha, mais pela prudência do que por falta de informação. «Queria partir do início, mas tive receio que houvesse confusão», disse Almeida Manuel, avisado por outras realizações similares face as quais as autoridades reagiram de forma violenta. Segundo Almeida, aqueles populares gritavam, em fiote, pela independência, mas o que se pretende mesmo na província é o fim da guerra.

Daí que, embora à última da hora, ele tenha decidido sair também à rua, numa tarde de um Domingo de sol ardente. «Para gritar, bem alto, não à guerra». E, como Almeida, muitos outros cabindas puseram-se, ao longo da marcha, a gritar pela paz. No meio da multidão, sobressaiu um jovem magro, cujo corpo parecia não suportar os bruscos movimentos que fazia enquanto transportava um cartaz que, em letras gordas, não deixava dúvidas sobre o que ele pensava: «Cabinda não é Angola, nos queremos a paz», lia-se no cartaz.

Homens, mulheres e crianças emprestaram o seu calor à uma manifestação que atingiu uma dimensão nunca antes vista por aquelas paragens. José, um outro Cabinda, destacava-se dentre os demais pela intensidade do seu apelo à paz. Há muito tempo que José esperava por um evento assim. Aos 69 anos de idade, ele diz que a materialização da marcha foi muito além de um simples evento. «Foi, para mim, a realização de um sonho», uma forma de manifestar, com veemência, o seu maior desejo: «que a paz se instale em Cabinda, de uma vez por todas».

Houve, entre os manifestantes, quem tenha aderido apenas por mera curiosidade. António, 18 anos, confessou que não compreendia as razões da marcha, mas não rejeitou a proposta do seu tio para que dela tomasse parte.

«Ele me disse que um dia eu compreenderia os motivos da marcha», mas, enquanto o dia não chega, nada melhor do que dar força a uma causa, ainda que desconhecida por ele. Mas António sabia muito bem que a sua província precisa de paz, a guerra, esta, não faz sentido, no seu ponto de vista. A paz, disse, deve ser o objectivo principal dos Cabindas, a independência, um dos principais anseios dos seus familiares, pode vir depois. Bem ao lado de António estava Antonieta, a única pessoa, da sua família, que teve coragem de sair à rua «e marchar pela independência».

Ela foi, sem sombra para dúvidas, uma das mais enérgicas manifestantes, sobretudo num episódio que marcou, profundamente, todos os jornalistas chamados

a cobrir o acto.

A dada altura, a organização da marcha propôs um tema musical, o instrumental de um conhecidíssimo ku-duro de Dog Murras. A população, enraivecida, pediu que se parasse a música. «Não queremos música estrangeira», gritou Antonieta, aplaudida, em seguida, pelo grosso da multidão. Além de marcharem, a maioria dos populares saudou os 120 anos do Tratado de Simulambuco envergando uma camisola branca, com o logótipo da Mpalambanda. A camisola era vendida, no local, por 500 kwanzas, e nem as dificuldades do quotidiano impediu que alguns dos populares a adquirissem

6.2 Ainda existem necessidades humanitárias residuais”

Jornal de Angola...23/ 02 /05

Quase três anos depois da cessação da guerra civil, a situação humanitária em Angola estabilizou-se consideravelmente. Esta é a perspectiva do ministro da Assistência e Reinserção Social. No entanto, João Baptista Kussúmua reconhece que ainda existem necessidades humanitárias residuais e, por conseguinte, a necessidade de se manter a distribuição de alimentos para o atendimento de grupos mais vulneráveis. Como consequência da fraca resposta dos doadores, o PAM prevê uma redução em matéria de distribuição de assistência alimentar. Mas o ministro Kussúmua já avançou a fórmula para contornar este problema: a melhoria da situação alimentar em 2005, com o aumento das principais culturas. A partir daí, o cenário será diferente: “a melhoria da produção alimentar resultará de um bom ciclo de colheitas e produzirá benefícios para a maioria da população em situação de vulnerabilidade até meados de 2005, o que fará com que se possa reduzir a distribuição directa da ajuda alimentar”. Esta é a esperança de um sector cuja matéria de tratamento, consubstanciada no quadro social do país, abarca a pobreza, o universo de crianças separadas dos familiares, cidadãos deslocados das suas áreas de origem, pelos efeitos devastadores da guerra, refugiados, etc., etc

JA Qual é a análise que faz da situação humanitária em Angola no período pós-conflito bélico?

MK Decorridos quase três anos, desde a cessação do conflito em Angola, a situação humanitária estabilizou-

se consideravelmente. Os actores humanitários procuram readaptar os programas de emergência, focalizando-os em programas de apoio ao desenvolvimento a longo prazo, no âmbito da reconstrução do país no período pós conflito. O Apelo Consolidado das Nações Unidas para Angola/2004, destinado a cobrir as necessidades humanitárias, foi o último apresentado à comunidade doadora internacional. No entanto, ainda existem necessidades humanitárias residuais. A conjuntura do período pós conflito continua ainda a ser caracterizada pela vulnerabilidade de certos grupos da população. A destruição, fruto de muitos anos de conflito, a falta de manutenção das infra-estruturas e a inoperacionalidade ou falta de serviços sociais básicos em muitas zonas do país, bem como o ritmo acelerado do reassentamento, fizeram com que a capacidade das comunidades para responderem a estas situações desfavoráveis fosse muito reduzida.

JA Quais são as acções de emergência implementadas ao longo deste período, com vista à erradicação da fome?

MK A o longo deste período tem sido necessário manter a distribuição de alimentos para o atendimento dos grupos mais vulneráveis. A assistência alimentar continua a ser necessária para as áreas de reassentamento e para aquelas localidades consideradas críticas ou inacessíveis. Paralelamente à distribuição de alimentos, tem-se efectuado a atribuição de sementes e inputs agrícolas com vista à melhoria da produção alimentar. Prevê-se que a situação da segurança alimentar melhore em 2005 com o aumento das principais culturas alimentares. A melhoria da produção alimentar resultará de um bom ciclo de colheitas e produzirá benefícios para a maioria da população em situação de vulnerabilidade até meados de 2005, o que fará com que se possa reduzir a distribuição directa da ajuda alimentar.

JA Neste momento qual é o número de pessoas que ainda dependem directamente dos bens alimentares fornecidos pelo PAM?

MK Durante o primeiro semestre de 2005, o PAM manterá a distribuição de assistência alimentar de emergência a aproximadamente 1,1 milhão de pessoas em situação de vulnerabilidade. O PAM é da opinião de que até Junho de 2005 as necessidades em matéria de distribuição de assistência alimentar serão reduzidas como consequência da fraca resposta dos doadores. O PAM vai continuar a apoiar os repatriados recém - regressados ao país e as pessoas reassentadas cuja situação alimentar se estima que continuará precária.

JA Qual é o valor das verbas concedidas para a execução dos projectos?

MK Até ao final do ano de 2004, o Apelo Consolidado

das Nações Unidas para Angola arrecadou quase 80% do financiamento previsto. Os níveis de financiamento variam consideravelmente entre os sectores: por exemplo, o UNICEF foi integralmente financiado, com mais de USD 11 milhões; o projecto de repatriamento ficou com aproximadamente 70% do financiamento previsto, isto é, USD 19 milhões para o ACNUR e a OIM.

Por sua vez, o PAM encontrou graves problemas de financiamento durante o ano, sendo obrigado a reduzir o programa de assistência alimentar. Do montante inicial de USD 136 milhões previsto, o PAM conseguiu arrecadar apenas USD 80 milhões.

JA Qual é a quantidade de produtos entregues pelo PAM?

MK O PAM distribuiu de Agosto a Novembro de 2004, 34.437,29 toneladas de alimentos em 16 províncias do país. A média de distribuição é 10.000 toneladas por mês. Os produtos distribuídos são o milho, feijão, óleo vegetal, açúcar e sal, beneficiando uma média de 1.042.555 pessoas.

JA Qual é a situação dos centros de acolhimento e campos de deslocados?

MK A presença da população deslocada por província, até Dezembro de 2004, é de cerca de 300.000 deslocados, alguns dos quais se encontram ainda em áreas denominadas campos de deslocados. Os centros de trânsito vão terminando gradualmente. A maioria destes deslocados pode vir ou não a optar, por vontade própria, a ficar nos locais onde residem, deixando de ser deslocados na verdadeira acepção do termo. É nesse sentido que se está a trabalhar conjuntamente com as agências das Nações Unidas para uma avaliação conjunta da situação dos mesmos, para que essas pessoas vulneráveis, se calhar não mais deslocadas, sejam quantificadas e qualificadas para serem ajudadas na inserção integrada nesses espaços territoriais(...)

JA Quais são os resultados da operação de repatriamento dos refugiados angolanos no exterior?

MK De Maio a Dezembro de 2004 regressaram ao país 51.668 pessoas oriundas da República Democrática do Congo, Zâmbia, Namíbia, Botswana, África do Sul, Ucrânia e República do Congo.

JA Qual é o número de Organizações Não Governamentais que operam em Angola e como avalia a sua prestação?

MK Operam no nosso país 484 Organizações Não Governamentais, das quais 341 são nacionais e 143 internacionais, respectivamente. De acordo com o banco de dados da Unidade Técnica de Coordenação da Ajuda Humanitária (UTCAH), até Dezembro, 77 Organizações Não Governamentais constavam na lista de 189 projectos em execução, em 17 províncias do país, em pelo menos 11 sectores de actividade, com um valor total de cerca de USD 195.466.219,00, dinheiro

não gerido pelo nosso Governo, para ficar claro. Pedimos só que as Organizações Não Governamentais exijam o máximo de si, de modo que as acções decorrentes da aplicação desses recursos e os respectivos resultados sejam visualizados e complementem o esforço do nosso Governo, nessa fase crucial do arranque da Reconstrução Nacional.

O exercício da actividade das Organizações Não Governamentais rege-se pela Lei nº 14/91, de 11 de Maio, pelo Decreto nº 84/02, de 31 de Dezembro, e demais legislação em vigor, parâmetros que devem harmonizar, dentro do respeito mútuo, as actividades urgentes viradas para o apoio humanitário, pois a nossa missão tem uma finalidade convergente.

6.3 reintegração de ex- militares

Folha..26/ 02/ 05

O Banco Mundial, uns dos principais parceiros do Governo no programa de desmobilização e reintegração de ex-militares, vai iniciar na próxima semana a avaliação do processo de reintegração dos antigos combatentes.

“O Banco Mundial decidiu criar uma comissão para acompanhar de perto o processo de reintegração de ex-militares”, deu a conhecer António Francisco de Andrade, director do Instituto de Reintegração Sócio - Profissional dos Ex-Militares, no final de um encontro com doadores internacionais em que estiveram em análise as actividades desenvolvidas no ano passado no âmbito do programa geral de desmobilização e reintegração de antigos militares. O responsável garantiu ainda que o Banco Mundial vai reunir-se em breve com quadros superiores das FAA para definir a organização do processo de desmobilização de cerca de 33 mil militares das FAPLA, as antigas tropas governamentais. No âmbito da Estratégia de Apoio à Transição de Angola, o Banco Mundial está a apoiar o Governo com 33 milhões de dólares para a implementação de um programa na área da desmobilização e reintegração social de ex-militares, que se prolonga até 2006. “O programa geral de desmobilização e reintegração dá prioridade aos ex-militares da UNITA, mas não está vedado que dele também beneficiem desmobilizados das ex-FAPLA”, afirmou, numa alusão aos militares das antigas forças governamentais, que foram extintas no

início da década de 90, na sequência dos Acordos de Bicesse, para dar origem ao exército único(...)

“O governo estabeleceu um orçamento para a desmobilização desses ex-militares, o programa está a ser desenvolvido e o dinheiro já existe”, referiu. António Andrade recordou que “mais 50 mil ex-militares e seus familiares já foram reintegrados no âmbito do programa geral de desmobilização e reintegração social”, lançado em Março de 2004. Nesse sentido, salientou que, desde que o programa começou a ser aplicado “já foram aprovados 24 projectos, financiados com 162,3 milhões de dólares pelo Governo e pelos doadores internacionais.

A nossa prioridade é o apoio à agricultura e à pecuária, a formação profissional em meio rural e urbano e o apoio à obtenção de emprego e de micro crédito”, concluiu.

8 ENFEMEREDES

8.1 Assalto da libertação

Jornal de Angola...04/05/07

LUANDA, 4 de Fevereiro de 1961. Cerca das três e meia da madrugada de um sábado. Enquanto muitos sonham com a farra de fim-de-semana, no espaço situado num musseque com casas de adobe e chapas esburacadas, dez grupos constituídos por duzentos e cinquenta homens preparam-se para o derradeiro momento.

Trajados de camisolas e calções pretos”e de catanas em punho, partiriam pouco depois em direcção a vários objectivos previamente seleccionados. Por volta das 4 da manhã, rebentou o primeiro foguete. Em menos de dez minutos, iniciariam os ataques contra alvos estratégicos do “regime colonial português em Angola. A Casa de Reclusão Luanda, o quartel da Companhia Móvel da Polícia de Segurança Pública e as cadeias civis inscreveram-se na rota do levantamento nacionalista. Devido a contratempos vários, dos dez grupos previamente preparados apenas quatro entraram em confronto directo com as forças portuguesas, no decorrer da acção que englobou na sua fase preparatória um total de 3 mil e 123 homens. Paiva Domingos da Silva foi o comandante geral da operação, Francisco Imperial Santana o logístico, enquanto Cónego Manuel das Neves figura nos arqui-

vos históricos como um dos principais mobilizadores e organizadores dos combatentes. A acção que preconizou a libertação de presos políticos, além de se tratar de uma manifestação política, que, numa perspectiva mais ampla, visava a libertação de Angola, teve como consequências imediatas a morte de sete agentes da autoridade portuguesa.

O impacto, entretanto, viria a ultrapassar as fronteiras do nosso país e as repercussões internas não se fizeram esperar, despertando a consciência nacionalista de inumeráveis angolanos. Entretanto, no próprio sábado, o governador-geral de Angola, Silva Tavares, fez distribuir um comunicado à imprensa, onde, dava conta de que informações oriundas do estrangeiro indicavam que se estava a preparar a alteração da ordem pública em Angola. Insistia tratar-se de um “plano de agitação” que se pretendia fazer coincidir com a anunciada passagem por Angola do pacote português Santa Maria, tema que, na época fazia as manchetes noticiosas e por força do qual cerca de uma, centena de jornalistas estrangeiros escalara Luanda.

No comunicado, Silva Tavares aludia a três grupos de indivíduos armados”, que pretendiam assaltar os citados alvos. No dia seguinte, domingo, pelas 17 horas, foram a enterrar no Cemitério Novo da estrada de Catete, actual Sant’Ana, os efectivos das forças de segurança portuguesa. Mas o enterro não foi o fim do episódio. Ainda mal refeitos do ataque da madrugada anterior, os representantes da colónia que estavam em força no cemitério foram surpreendidos por nova ofensiva. A poucos metros dali, do bairro conhecido por Cemitério Novo, saíram indivíduos negros armados que enfrentaram o poder colonial.

A imprensa referiu-se a, “desacatos enquanto se realizava o funeral”, protagonizados por “agitadores dispersos” provenientes de uma “estância de madeira e nuns abarcamentos fronteiriços ao cemitério”. Para o “Apostolado”, bissemanário da Igreja Católica, a concentração dos grupos teria tido lugar numa determinada casa branca, “principal velhacoito dos díscolas”. Mortos e feridos em número não especificado foram catalogados e, diante das circunstâncias, o governador-geral da então província ultramarina portuguesa foi forçada a dirigir-se à população no domingo à noite. “Anteontem, alguns indivíduos manobrados por agentes comunistas e estrangeiros vindos do exterior lançaram-se numa louca aventura sem qualquer probabilidade de êxito, senão O de assassinar, ou ferir uma dúzia de defensores e transeuntes indefesos”, afirmou. Prometeu usar todos os meios para “garantir a paz e a ordem”, pelo que todos aqueles que infringissem a lei seriam duramente punidos. Por outras palavras, isso significou o aumento da repressão.

Uma onda de prisões sem precedentes foi desencadeada a partir daquela altura. Nos musseques, foi praticamente determinado recolher obrigatório, as revistas aos cidadãos. angolanos intensificaram-se, à semelhança das buscas nocturnas. Os chamados “bufos” (delatores, denunciantes, traidores) tornaram-se célebres e centenas, senão milhares de pessoas, desapareceram sem culpa formada.

“Prosseguem acções de limpeza”, título do apostolado, ou “Acto de selvajaria prontamente reprimido”, do Diário Popular, são expressões que reflectem um pouco do que, se seguiu ao 4 de Fevereiro e, por outro lado, os posicionamentos das, publicações; face aos acontecimentos. Os jornais em causa deram ênfase a captura de suspeitos de pertencer ao “grupo de amotinados” em vários bairros, com destaque para as imediações do cemitério Alto das Cruzes, mais precisamente no bairro Operário, habitado largamente por angolanos considerados “assimilados”. A repressão não se limitou aos “indígenas”. A própria imprensa simpática ao regime reportou vários casos de europeus detidos, muitos deles acusados de estar por detrás do levantamento.

Ao mesmo tempo que aparentava minimizar os efeitos da operação, o que se depreende dos recortes de jornais, o poder não escondia uma certa inquietação, na medida em que a conotava sempre com agentes externos. Dizia-se, a título de exemplo, que as armas eram de origem checa, um país do Leste europeu, e que as pessoas implicadas eram provenientes do ex-Congo Belga (Kinshasa). Na metrópole, também chamada Portugal continental, o acto não preencheu grandes espaços na comunicação social, descontado as excepções que fazem a regra. Nos círculos políticos, no entanto, era tema de conversa e de análise, sendo reportados com, proeminência pronunciamentos como o de Cardoso de Matos, deputado por Angola na Assembleia Nacional. Condenando a revolta com veemência, considerava vãs as tentativas comunistas de separar a “portuguesíssima Angola de Portugal”. A História porém, encarregou-se de corrigir o inflado discurso.

Oliveira Salazar, por seu turno, aludiu a “manobras do comunismo em África, visando a subversão e o caos”, estimando ser inexplicável a presença de jornalistas, estrangeiros em Angola e divulgação do acto em emissoras estrangeiras. Não é de estranhar, portanto, que cinco jornalistas tivessem sido expulsos de Angola, menos de uma semana depois do sucedido. Quarenta e três anos volvidos sobre a madrugada que contribuiu significativamente para mudar o destino dos angolanos, muito há ainda por registar sobre o feito. Há algumas

informações contraditórias, mas no essencial os dados coincidem. Mais o do que isso, os factos assinalados a 4 de Fevereiro de 1961 inscreveram-se por mérito e glória, sem receio de chavões, na trajectória de luta que possibilitou ao cidadão angolano ter uma bandeira, um hino, enfim, símbolos nacionais. Numa palavra, ter uma nacionalidade.